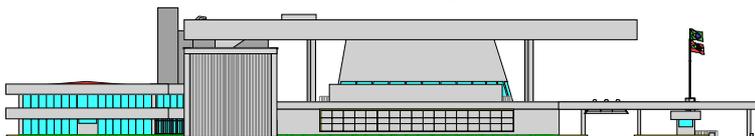


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 9 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO 6.389

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 002ª Sessão Especial realizada em 05/03/2012..... 2</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissões Permanentes 7 Audiência Pública 7 Extratos 14 Redações Finais 15</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 002ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA NA PASSAGEM

DO SEU CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO JOARES PONTICELLI

SUMÁRIO

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Destaca que a Divina Providência é um braço social que há anos fortalece os sistemas da educação, saúde, serviço social em SC.

MARCELO BATISTA DE SOUZA - Agradeceu à Sociedade Divina Providência e enfatiza a educação diferenciada oferecida nas suas quatro instituições de ensino.

ADIRIO SCHOTTEN - Em nome da deputada Carmen Zanotto, enaltece o trabalho das missionárias da congregação em Santa Catarina.

DOM WILSON TADEU JÔNCK - Afirma que as inúmeras obras da Divina Providência conquistaram saltos positivos ao longo das décadas de atuação resgatando valores fundamentais à sociedade.

IRMÃ ENEDINA SACHETI - Agradece à Alesc a homenagem, que incentiva a continuidade do trabalho realizado nos colégios e hospitais pertencentes à Congregação da Divina Providência.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Exalta a importância de reconhecer o trabalho iniciado

por irmãs que vieram da Europa desenvolver as áreas de saúde, educação e ação social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelência reverendíssima dom Vilson Tadeu Jônck, digníssimo arcebispo metropolitano de Florianópolis;

(Palmas)

Reverendíssima irmã Enedina Sacheti, diretora presidente da Sociedade Divina Providência;

(Palmas)

Reverenda irmã Maria Eliza de Brida, da Província Coração de Jesus de Florianópolis;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Silvio Dreveck, digníssimo deputado estadual;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor José Nei Ascari, digníssimo deputado estadual;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor José Milton Scheffer, digníssimo deputado estadual;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Haroldo de Oliveira Silva, digníssimo secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Tubarão;

(Palmas)

Senhor Marcelo Batista de Souza, digníssimo presidente do Sindicato das Escolas Privadas de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades e senhores deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao centenário da Sociedade Divina Providência em nosso estado.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional Brasileiro pelo coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Reverenda Maria Filomena Pering - vice-diretora da Casa Divina Providência de Florianópolis;

Senhora Adelina Dalmônico, gestora do Colégio dos Santos Anjos, de Joinville;

Senhor Jean Carlos Formento, diretor do Hospital São José e Maternidade Chiquinha Galotti, de Tijucas;

Reverenda irmã Edite Guesser, diretora do Centro Social Educativo Nossa Senhora, no Mont Serrat de Florianópolis;

Senhor Maurício José Souto Maior, diretor administrativo do Hospital e Maternidade São José, de Jaraguá do Sul;

Reverenda irmã Jacira Maria dos Santos, diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão;

Senhor Wilson Santin, diretor administrativo e Financeiro do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, e presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina;

Reverenda irmã Ana Besel, diretora do Colégio Sagrada Família de Blumenau;

Reverenda irmã Adelaide Marcelino Pereira, diretora do Colégio São José, de Tubarão;

Reverenda irmã Bernadete Rech, diretora do Colégio Stela Maris, de Laguna;

Reverenda irmã Enedir Terezinha Marchi, assistente provincial da Sociedade Divina Providência, de Florianópolis.

Queremos agradecer ainda a presença da imprensa, especialmente na pessoa do respeitado jornalista e articulista Moacir Pereira, que foi um dos inspiradores, minha cara irmã Enedina, para que propuséssemos e esta Casa aprovasse a realização desta sessão solene.

Foi a coluna do Moacir Pereira, por ocasião da passagem do centenário, que nos motivou reconhecer, assim como ele o fez na sua coluna, publicamente a importância para a sociedade catarinense dessa grande obra.

Muito obrigado, Moacir Pereira!

Obrigado à Unisul TV, da cidade de Tubarão, que está fazendo a cobertura; obrigado também aos demais organismos de imprensa, especialmente os da nossa Casa, como a Rádio Alecs Digital, a TV Assembleia, que além de transmitir ao vivo esta sessão ficará reprisando-a depois, na sua grade de programação, a fim de que esse evento seja reproduzido a milhares de catarinenses.

Assim, aqueles que não puderam aqui comparecer terão a oportunidade de, através da nossa TVAL, na sessão ao vivo de hoje e na sua repetição, de conhecer um pouco mais sobre esta importante obra no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Quero registrar, da mesma forma, as manifestações do conselheiro Salomão Ribas Júnior, que infelizmente não pôde comparecer, e do deputado Ciro Roza, que já havia assumido outros compromissos.

Na sequência, teremos a apresentação de vídeo institucional, resumindo a história dos 100 anos de sucesso da Congregação Divina Providência.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Esta Presidência convida para também compor a mesa o eminente deputado Valmir Comin.

(Palmas)

Registramos a prestigiosa presença do vereador Odir Nunes da Silva, presidente da Câmara Municipal da Manchester Catarinense, Joinville. Muito obrigado, presidente, pelo prestigiamento a esta sessão especial.

No dia 13 de novembro de 2011, o jornalista Moacir Pereira assim registrou, na sua coluna do *Diário Catarinense*:

(Passa a ler.)

[...]

Os quatro hospitais são referência máxima na prestação de assistência médica. O

Hospital Santa Isabel, de Blumenau, é líder nacional em número e eficiência em transplantes de órgãos humanos, além de manter padrão de qualidade no atendimento da população do vale do Itajaí e do estado. O Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, é o maior em Santa Catarina, com mais de 300 leitos, e uma das mais queridas e prestigiadas instituições do sul. Tem as impressões digitais da irmã Enedina Sacheti, que a dirigiu por 22 anos com um trabalho diuturno, zelo e competência profissional. Irmã Enedina é hoje a presidente da Sociedade Divina Providência. O Hospital São José, de Jaraguá do Sul, é outro padrão no modelo médico-hospitalar da região, o que também ocorre com o Hospital Chiquinha Galotti, de Tijucas'.

Como disse no início, querida irmã Enedina, essa foi uma das motivações que encontramos para realizar esta sessão especial, porque uma obra tão valiosa, com tantos serviços positivos prestados à sociedade catarinense, ao longo desse centenário, não poderia, por parte desta Casa Legislativa, passar em branco. Era preciso que a Assembleia se reunisse, e aí agradeço a todos os parlamentares, que compreenderam essa proposta e prestigiam esta sessão especial. Muito obrigado pela presença de v.exas.

Convido o eminente deputado José Milton Scheffer para se manifestar em nome dos parlamentares aqui presentes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, que preside esta sessão; dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis; irmã Enedina Sacheti, diretora presidente da Sociedade Divina Providência - e seu nome queremos cumprimentar todas as religiosas e funcionários que aqui se fazem presentes nesta homenagem; irmã Maria Elisa de Brida, provincial da Província Coração de Jesus de Florianópolis; sr. secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Haroldo de Oliveira Silva; srs. deputados Silvio Dreveck, Valmir Comin e José Nei Ascari; sr. presidente do Sindicato dos Trabalhadores e demais autoridades da área da educação, da área social e da área da saúde.

Essa homenagem, fruto da indicação do competente deputado Joares Ponticelli, nada mais é do que uma forma que o estado de Santa Catarina encontrou de prestar o seu reconhecimento, a sua homenagem e, acima de tudo, o seu agradecimento para uma instituição que completa o seu centenário de serviços prestados à sociedade catarinense de mãos entendidas para aquelas pessoas que mais precisam, através do seu braço social e do seu coração aberto para as pessoas enfermas, de assistência hospitalar, através da transmissão, da geração e dos ensinamentos do sistema educacional.

Sem dúvida nenhuma, a Divina Providência fez, e está fazendo, a diferença na vida de muitos catarinenses, nas suas diferentes áreas de atuação, nos seus diferentes municípios.

Por isso, deputado Joares Ponticelli, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa, em nome da Assembleia Legislativa que representa todo o povo de Santa Catarina.

Queremos, irmã, através da senhora, estender o agradecimento a cada funcionário, a cada prestador de serviço e a cada religioso e religiosa, desejando que essa história centenária de solidariedade e de boa vontade, além de todo o serviço prestado, possa inspirar-nos a seguir esse caminho, no momento em que o mundo muito precisa de solidariedade, amor, carinho e acolhimento.

A Assembleia Legislativa tem muito orgulho de prestar essa homenagem. Em nome

de todos os deputados estaduais de Santa Catarina, o nosso reconhecimento. Mas, acima de tudo, irmã, esse é o momento de dizer muito obrigado, em nome de todas essas pessoas que, ao longo dessa história rica em amor e solidariedade, passaram pelas instituições que vocês dirigem.

O nosso muito obrigado e, em nome do povo de Santa Catarina, a nossa homenagem e o nosso reconhecimento eterno. Que vocês possam continuar mais alguns centenários espalhando bênçãos a todos nós, catarinenses.

Muito obrigado a todos vocês da sociedade Divina Providência!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Gostaria de registrar a presença do querido amigo e prefeito, Celso Heidemann, do pequeno, mas destacado, município de Santa Rosa de Lima. Muito obrigado, pela presença!

Convido para fazer uso da palavra o sr. Marcelo Batista de Souza, presidente do Sindicato das Escolas Privadas de Santa Catarina.

O SR. MARCELO BATISTA DE SOUZA - Senhoras e senhores, boa-noite! Permitam-me a quebra do protocolo, por não ter o nome de todas as autoridades aqui relacionadas e peço licença ao presidente da sessão para iniciar cumprimentando aquele que representa a maior autoridade de todas, o nosso arcebispo.

Sr. presidente, irmã Enedina Sacheti, demais autoridades, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"O apóstolo Mateus disse ser prudente o homem que edifica a sua casa sobre a rocha, pois 'caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, que não caiu, porque fora edificada sobre a rocha'.

Essa rocha, senhores e senhoras, é a Sociedade Divina Providência, entidade mantenedora de colégios, hospitais e obras sociais com 100 anos de história a serviço da vida, conforme o seu significativo *slogan*.

Aqui quero destacar: ensino de qualidade, com prestação de serviços educacionais diferenciados sempre foi uma das metas dos colégios da rede da Divina Providência, localizados nas cidades de Tubarão, Laguna, Blumenau e Joinville. São mais de quatro mil alunos matriculados nas quatro unidades de ensino.

Por outro lado, a história centenária na saúde teve início com o trabalho de irmãs enfermeiras que atendem a pessoas doentes e empobrecidas em diferentes regiões de Santa Catarina. Hoje são quatro hospitais, localizados nas cidades de Tijucas, Jaraguá do Sul, Blumenau e Tubarão, que oferecem serviços de pronto-atendimento, média e alta complexidade. São mais de 800 leitos disponibilizados para os atendimentos de saúde à população das regiões norte e sul do estado.

Na área social, a Sociedade Divina Providência faz história desde a sua fundação, onde já em 1911 preocupava-se com o atendimento social em lares de crianças, abrigo de idosos, orfanatos e em todos os lugares onde a desigualdade fosse gritante e necessitasse de atendimento às pessoas social e economicamente menos favorecidas.

Hoje as atividades sociais da instituição são desenvolvidas por meio de projetos próprios e outros projetos realizados em parceria com instituições de terceiros, de cunho filantrópico.

Gratifica-nos dizer que são mais de 10 mil pessoas beneficiadas anualmente nos projetos sociais que a Sociedade Divina Providência desenvolve ou com os quais ela tem parceria e ajuda a manter.

Senhoras e senhores, observem a pujança dessa sólida instituição que é hoje homenageada por esta Casa Legislativa.

Suas atividades em Santa Catarina têm garantido o pleno exercício dos direitos de milhares de cidadãos, além de valorizar, proteger e difundir as manifestações educacionais de qualidade.

Com absoluta dignidade e comportamento que é modelo em nível nacional, a Sociedade Divina Providência é a nossa melhor expressão e exemplo do que a sociedade civil organizada pode fazer pela comunidade.

Senhoras e senhores, nesta memorável sessão em que a egrégia corte da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina homenageia a sociedade Divina Providência, o sindicato das escolas particulares de Santa Catarina agradece e cumprimenta pela iniciativa de tão honrosa deferência.

É com orgulho que, neste instante, volto os meus pensamentos para os desbravadores educacionais deste estado, misto de bom senso, paixão, experiência, criatividade e conhecimento de gestão. Empreendedores educacionais que, a exemplo da homenageada desta noite, possuem uma irretocável história de pioneirismo e de rumo à excelência, que sempre souberam vencer as dificuldades com coragem e destemor e ensinaram-nos que a grandeza não depende de circunstâncias, mas de escolha consciente e disciplina, e que o meio mais sólido de se justificar alguma coisa é fazê-lo com base em princípios e valores. Isso porque acreditamos fundamentalmente que a liberdade de cada um de nós, como sujeitos e cidadãos, e de todos nós, como nação, está relacionada ao acesso que tivermos a educação de qualidade, porque sabemos que a qualidade do ensino privado ajuda a melhorar também a qualidade do ensino público. E acreditamos que na hora de escolher uma escola para os filhos os pais têm o direito de poder escolher o melhor. E graças ao ensino privado existem possibilidades de escolha.

A escola particular é a sociedade colaborando com o papel do estado não somente por garantir o maior número de vagas, mas, principalmente, pelas alternativas que oferece às famílias para poderem escolher livremente a escola que preferem, seja pelas tradições religiosas e culturais como bem demonstra a Sociedade Divina Providência, seja pela qualidade que busca. E num país em que a educação é tida como prioridade, nenhum dos seus agentes pode ser discriminado.

Da mesma forma, os governos honestos não podem ser impedidos de apoiar o serviço particular como meio para cumprir o seu dever de proporcionar educação.

Antes de encerrar estas palavras, quero afirmar a minha convicção de que, a serviço da educação, somos animados pela paixão. Isso porque temos fé, que nos dá coragem, perseverança, que vence obstáculos, o devotamento, que nos leva a fazer o bem.

Muito obrigado à Sociedade Divina Providência! E aqui quero deixar a minha gratidão especial à sua primeira diretora, irmã Amadéa Beckmann, e ao primeiro Conselho Administrativo, constituído pelas irmãs Geórgia Finke, Cárrola Foss e Sebalda Aretz, que há 100 anos deram início a essa bela história.

As fundadoras aqui plantaram as sementes do bem e fizeram vicejar uma instituição da qual todos nos orgulhamos.

Muito obrigado, irmã Enedina Sacheti, que com brilhantismo desempenha a função de atual diretora presidente, e que com seu carisma muito propriamente dignifica a Sociedade Divina Providência e as fundadoras.

Muito obrigado, sr. presidente desta memorável sessão, e minhas senhoras e meus senhores! O meu boa-noite!"

(Palmas)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o professor e coordenador pedagógico do Colégio Santos Anjos de Joinville, Adirio Schotten, para ler a mensagem da excelentíssima sra. Carmem Zanotto, deputada federal, que estaria presente nesta sessão, mas, em função de convocação no dia de hoje, não pôde comparecer.

O SR. ADIRIO SCHOTTEN - (Passa a ler.)

"Excelentíssimo sr. presidente desta sessão especial, deputado estadual Joares Ponticelli, em nome do qual cumprimento os demais deputados e deputadas; irmãs da Divina Providência; senhoras e senhores, parabêniz a Sociedade da Divina Providência pelos 100 anos de serviços prestados em nosso estado nos setores da educação, saúde e assistência social.

O trabalho das missionárias da congregação em Santa Catarina teve início ainda no século XIX, com a instalação de orfanatos, asilos de idosos, creches e escolas de qualidade. O ano de 1911 marcou a fundação de uma organização para coordenar tais atividades. Era criada a Sociedade Divina Providência, cuja principal marca é desde o início a filantropia, a assistência social.

Hoje são quatro os hospitais administrados pela entidade, e todos são referência máxima na prestação de assistência hospitalar.

Destaco, sr. presidente, que os quatro hospitais mantidos pela Sociedade da Divina Providência em Santa Catarina possuem mais de 900 leitos, 670 médicos no corpo clínico e 2.800 colaboradores diretos. E, o mais importante, a prioridade nos atendimentos desses hospitais é para os pacientes do Sistema Único de Saúde.

O Hospital Santa Isabel, de Blumenau, é líder nacional em número e eficiência em transplantes de órgãos; o Hospital Nossa Senhora Conceição, o maior de Santa Catarina, tem mais de 300 leitos e é também uma das mais queridas e prestigiadas instituições do sul; o Hospital São José, de Jaraguá do Sul, é modelo médico-hospitalar da região com sua estrutura física toda remodelada para seguir sua excelência em atendimentos; o Hospital Chiquinha Gallotti, de Tijucas, mantém como princípio a busca da qualidade de seus atendimentos.

Mas a Divina Providência já administrou simultaneamente cerca de 40 hospitais em todo o estado, todos filantrópicos e sem fins lucrativos. Isso significa, durante a sua trajetória, milhares de partos, de procedimentos cirúrgicos e clínicos, de exames, bem como atendimentos nos seus setores de urgência e emergência, buscando salvar vidas, amenizando a dor e o sofrimento de milhares e milhares de catarinenses, fazendo com que Santa Catarina seja referência em muitos serviços de saúde.

Quero felicitar o deputado Joares Ponticelli, proponente desta sessão, todos os deputados e deputadas desta Casa e em nome das irmãs Maria Eliza de Brida, presidente da Província Coração de Jesus, e Enedina Sacheti, presidente da Sociedade Divina Providência, gostaria de agradecer a todas as missionárias e colaboradores envolvidos no desenvolvimento desse trabalho tão fundamental, principalmente para as populações mais carentes. A saúde de Santa Catarina tem muito, muito mesmo a agradecer à Sociedade Divina Providência

Parabéns pelo centenário, Sociedade Divina Providência!"

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o mestre de cerimônias, sr. Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Sociedade Divina Providência, detentora de uma tradição centenária na defesa e promoção da vida, atuando na educação, saúde e assistência social, comprometida com a solidariedade, visando ao desenvolvimento e integração humana. Convido o sr. deputado Joares Ponticelli para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, a irmã Enedina Sacheti, diretora presidente da Sociedade Divina Providência.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a irmã Maria Eliza de Brida, coordenadora provincial, neste ato representando a Província Coração de Jesus.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo presta homenagem aos colégios catarinenses que fazem parte da Sociedade Divina Providência e que participam da história dos cem anos investidos na educação de qualidade.

Convido o sr. deputado Joares Ponticelli para fazer entrega da homenagem à diretora, irmã Ana Aparecida Besel, neste ato representando o Colégio Sagrada Família, de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem à diretora, irmã Adelaide Marcelino Pereira, neste ato representando o Colégio São José, de Tubarão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem à gestora Adelina Dalmonico, neste ato representando o Colégio dos Santos Anjos, de Joinville.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado José Milton Scheffer para fazer a entrega da homenagem à diretora, irmã Bernadete Rech, neste ato representando o Colégio Stella Maris, de Laguna.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento serão homenageados os hospitais catarinenses que fazem parte da Sociedade Divina Providência e que participam da história dos cem anos investidos na saúde de qualidade.

Convido o sr. deputado Silvio Dreveck para fazer a entrega da homenagem à diretora, irmã Jacira Maria dos Santos, neste ato representando o Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Silvio Dreveck para fazer a entrega da homenagem ao diretor administrativo, Vilson Albert Santin, neste ato representando o Hospital Santa Isabel, de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado José Nei Ascari para fazer a entrega da homenagem ao

diretor administrativo Maurício José Souto Maior, neste ato representando o Hospital e Maternidade São José, de Jaraguá do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado José Nei Ascari para fazer a entrega da homenagem ao gestor Jean Carlos Formento, neste ato representando o Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, convido o sr. deputado Valmir Comin para fazer a entrega da homenagem à diretora, irmã Edite Guesser, do Centro Social Educativo Nossa Senhora do Mont Serrat, de Florianópolis, participante desses 100 anos de história investidos na educação infantil, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Valmir Comin para fazer entrega da homenagem à irmã Maria Filomena Pering, vice-diretora, neste ato representando a Casa Divina Providência, de Florianópolis, pelo apoio e dedicação às irmãs idosas que muito contribuíram nesses 100 anos de história, comprometidas com a espiritualidade, solidariedade, valores cristãos e humanos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

A seguir teremos a apresentação da Banda Marcial do Colégio São João, de Tubarão.

(Procede-se à apresentação da banda.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradecemos muito à Banda Marcial do Colégio São José pela belíssima apresentação que, tenho certeza, emocionou todos, mais, certamente, o secretário Aroldo de Oliveira Silva, por ter atuado na área cultural desse colégio durante muitos anos.

Parabéns aos integrantes da banda pela belíssima apresentação.

(Palmas)
Dando sequência a nossa sessão especial, convido para fazer uso da palavra sua excelência reverendíssima, dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis e sempre bispo de Tubarão.

O SR. DOM WILSON TADEU JÖNCK - Caro deputado Joares Ponticelli, presidente desta sessão, quero saudar todos os deputados que compõem a mesa e também as irmãs Maria Eliza de Brida e Enedina Sacheti, que recebem esta justa homenagem.

Muito se falou da Sociedade Divina Providência e vou pedir licença para historiar um pouco sobre a chegada das irmãs dessa sociedade à Santa Catarina.

Lá pelo ano de 1890, depois que o padre Röher havia conduzido um grupo de alemães que estavam em Teresópolis para o sul do estado, mais precisamente para a região de São Ludgero, ele ficou adoentado e os colonos perguntaram-lhe: "E como nós ficaremos? O senhor está para morrer e quem virá depois?"

E o conselho escreveu uma carta ao bispo de Münster e os colonos a enviaram. O bispo publicou essa carta no jornal da diocese e, ao mesmo tempo, fez um convite para que se apresentassem os padres interessados em vir para o Brasil. Apresentou-se o jovem

monsenhor Topp, que veio para o Brasil e logo se apaixonou pela realidade local, instaurando um sistema de pastoral, ou seja, a pastoral que conhecemos.

Monsenhor Topp, então, vendo a necessidade das colônias e das cidades, sobretudo do litoral, voltou a Münster e dirigiu-se à Congregação das Irmãs da Divina Providência solicitando-lhe que para cá viessem algumas religiosas. E voltou acompanhado das seis primeiras irmãs, que se fixaram em Blumenau e depois em Tubarão. Com elas também vieram de Münster muitos outros padres.

E falava-me frei Kunter, pela manhã, que por intercessão de monsenhor Topp vieram também muitos franciscanos. Durante o império, havia uma dificuldade muito grande nesse sentido, porque o imperador havia proibido que as congregações religiosas tivessem noviços. Com isso, estavam condenadas à morte.

Mas chegaram os franciscanos alemães, que depois tiveram um papel muito importante em toda Santa Catarina.

Dessa forma, por intercessão do monsenhor Topp, um homem de visão, que depois organizou a diocese de Florianópolis, vieram os franciscanos e as irmãs da Divina Providência, que tiveram um papel relevante na história deste estado. As irmãs se dedicaram, sobretudo, aos hospitais e à educação e realizaram uma grande obra. Não tenho dúvida de que Santa Catarina seria outra sem a presença das irmãs da Divina Providência, sem a obra que elas realizaram, sem a marca que deixaram, por exemplo, nas mulheres deste estado, através da formação e da educação, sem a marca que deixaram nas tantas pessoas que foram atendidas em seus hospitais. Essa marca imprime-se hoje ainda.

Creio que por tudo isso essa homenagem prestada às irmãs da Divina Providência, mais especificamente no centenário da Sociedade Divina Providência, que administra essas obras, é muito justa. E quero unir-me àqueles que hoje homenageiam e cumprimentam as irmãs da Divina Providência por sua presença neste estado, na arquidiocese, em todas as igrejas de Santa Catarina.

Trata-se de um trabalho enorme, uma presença marcante. Que a Divina Providência possa marcar os passos de vocês para que permaneçam deixando essa marca na sociedade por muito tempo.

Meus parabéns e muito obrigado!

(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a querida irmã Enedina Sacheti, diretora presidente, neste ato representando a centenária Sociedade Divina Providência.

A SRA. IRMÃ ENEDINA SACHETI - (Passa a ler.)

"Excelentíssimo sr. deputado Joares Ponticelli;

Ilustríssimo sr. arcebispo dom Wilson Tadeu Jönck;

Ilustríssimo sr. Marcelo Batista Souza, presidente do Sindicato das Escolas Particulares;

Excelentíssimas autoridades já nominadas, participantes da mesa, irmãs, colaboradores, amigos e convidados.

É com imensa alegria e gratidão que acolhemos e aceitamos o convite que nos foi feito por esta Casa, através do deputado Joares Ponticelli, para recebermos esta importante e significativa homenagem da Assembleia Legislativa alusiva ao centenário da Sociedade da Divina Providência.

Visualizamos nesse gesto o reconhecimento da sociedade catarinense à missão desenvolvida pelas irmãs da Divina Providência durante estas dez décadas de atuação e dedicação na área da saúde, na área da educação, na ação social e de modo todo especial no início da Pastoral e também na parte do zelo missionário.

Queremos dedicar essa homenagem que hora recebemos a todos os membros da grande família da Divina Providência, à família atual e a todos os que nos precederam, aos médicos, aos colaboradores e ao grande número de irmãs que vieram da Alemanha, porque foram centenas de irmãs que deixaram sua pátria e vieram servir como missionárias e deixaram-nos uma marca. De modo especial, aquelas primeiras irmãs que deixaram suas famílias, deixaram seus amigos, a casa-mãe e com coragem e confiantes na bondade de Deus vieram para esta terra desconhecida do alémar. Elas não tiveram medo do desconhecido. Simplesmente se deixaram guiar pela Providência Divina, assim como já o fizera o nosso fundador.

Sim. Os 100 anos de história da sociedade tiveram seu início com a fundação da Congregação das Irmãs da Divina Providência, com o sonho acalentado e concretizado por Eduardo Michelis. Assim lemos nas constituições da Congregação por ele fundada em 3 de novembro de 1842:

'Impressionados pela miséria social, pelo desamparo físico e intelectual e pelas necessidades morais e espirituais das crianças e dos órfãos das camadas populares mais pobres da cidade de Münster, na Alemanha, padre Eduardo Michelis reconheceu, à luz de sua profunda fé na Divina Providência, um apelo de Deus neste desafio da época; e acolhendo este apelo, respondeu com uma atitude de amor cristão.'

Essa pequena semente, lançada há 170 anos e regada por muita oração e altruísmo, cresceu, frutificou, ultrapassou as fronteiras da Alemanha, chegou ao nosso estado em 1985 e, a partir daqui, estendeu ramos em diversas direções de Santa Catarina, inclusive pelo Brasil afora. Assim como nosso fundador, também as irmãs, atentas às necessidades dos locais onde foram chamadas a serem presença e extensão da Providência de Deus, foram dando repostas aos mais diferentes clamores. Hoje, é gratificante constatar que são mais de dez mil pessoas beneficiadas anualmente com projetos sociais da Sociedade Divina Providência.

Nossa missão, na educação, desde o início, foi desenvolver um processo educacional de crescimento e de realização humana, alicerçado nos princípios éticos e cristãos e no carisma das irmãs da Divina Providência, em vista da formação integral do ser humano, capacitando-o para construir um mundo, em que reine a solidariedade, justiça, verdade, amor e paz. Iniciamos nossa missão na educação nos colégios da cidade de Tubarão e Blumenau em 1985.

Hoje, nossos colégios congregam mais 4.500 alunos matriculados nos colégios da rede em Tubarão, Blumenau e Joinville e as crianças atendidas no Centro Social Educativo Nossa Senhora do Mont Serrat, em Florianópolis.

Edifica-nos ainda a história centenária de saúde, iniciada paralelamente ao ensino, com o trabalho das primeiras irmãs enfermeiras no atendimento aos doentes em todo o estado de Santa Catarina. Hoje, mais de 900 leitos são disponibilizados nos nossos hospitais, onde

procuramos oferecer serviços de excelência em saúde, com ética, competência, solidariedade, em vista da promoção e defesa da vida, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento humano. Atendemos anualmente mais de 500 mil pacientes em nossos hospitais.

Tão nobre missão é concretizada graças à doação generosa de um grande número de irmãs. São mais de 3.250 colaboradores que partilham conosco não apenas o conhecimento e o trabalho, mas, acima de tudo, sabedoria e fé.

Recebemos grande contribuição de mais de 500 pessoas voluntárias que se unem a nós na missão de defender e promover a vida. Ao longo dessa história de 100 anos sempre pudemos contar com o apoio da nossa igreja através dos bispos e de um número incontável de sacerdotes em todas as cidades que atuamos.

A mesma afirmação fazemos ao poder público e a todas as lideranças das comunidades em que atuamos. Sempre encontramos pessoas generosas que foram providência em todas as nossas necessidades. Por tudo isso, somos eternamente gratas à Divina Providência e a cada um que deixou ou deixará sua marca nessa caminhada centenária.

Podemos afirmar que somente as obras edificadas na fé e na confiança resistem ao tempo e perenizam-se na história, não obstante as intempéries de toda espécie a que estão sujeitas. Sendo assim, a nossa história, perpassada de esforços, dedicação, conquistas, avanços e recuos, chegou aos 100 anos com muita vitalidade, amor e entusiasmo.

O trabalho das primeiras irmãs que vieram ao Brasil e de tantas que lhes deram continuidade persiste e destemido aliado à graça de Deus e à colaboração de outras abnegadas e idealistas, que nos permite, hoje, desfrutar de reconhecimento, como este que ora estamos recebendo.

Um profundo sentimento nos leva a agradecer por tudo e por todos, por tantos dons e riquezas, tantas bênçãos recebidas e vidas partilhadas. Somos eternamente gratas a Deus que nos acumula de infinitas bênçãos, nos acompanha e conduz.

Muito obrigada às irmãs que nos precederam e aos membros de todas as diretorias, desde a primeira até a atual. Agradecemos a todos quantos, no decorrer da história, estenderam as mãos para as nossas irmãs, pois foram pedras e alicerces na construção dessa obra centenária.

Nosso reconhecimento e gratidão a todas as autoridades civis e eclesiásticas, a todos os benfeitores, irmãs, voluntários e colaboradores que continuam acreditando na transformação social, numa educação e saúde de qualidade e que diariamente dão sua parcela de contribuição para a continuidade dessa promissora história.

O povo espera de nós, pessoas de esperança, ter esperança. Dar esperança, ser esperança é a nossa missão. Uma esperança que cria novos espaços de vida e manifesta-se na luta das pessoas por uma vida mais digna, significativa e feliz. Cada

esperança que vive em nossos corações é esperança para o mundo. A esperança faz com que tenhamos fé de que transformar é possível.

Sob o olhar da Divina Providência que conduz a história e conta conosco, de mãos dadas com tantas pessoas generosas que se engajam em favor da vida, somos convidadas a escrever adiante nossa história, deixar-nos desafiar e interpelar pela realidade na qual estamos inseridas e dar respostas de fé e de confiança aos clamores por vida, e vida em abundância, a exemplo do nosso Mestre Maior, Jesus Cristo.

Em nome de todas as nossas filiais que hoje receberam essa homenagem, a nossa eterna gratidão ao autor do requerimento que ocasionou esta sessão especial, deputado Joares Ponticelli, e aos demais parlamentares desta Casa.

Muito obrigada!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quero agradecer a presença de todos, como primeiro proponente desta sessão, mas não solitariamente, pois ela aconteceu graças ao apoio dos 39 colegas que junto comigo compõem os 40 integrantes desta Casa.

Faço um agradecimento muito especial à presença dos deputados José Nei Ascarí, Valmir Comin, Sílvio Dreveck e José Milton Scheffer. Segunda-feira é sempre um dia difícil para os parlamentares participarem das sessões especiais, mas estou muito agradecido pelo número representativo. Muito obrigado a v.exas. pelo prestigiamento.

Agradeço ao secretário Dura, que já integrou esse importante corpo de funcionários e que ao longo desses mais de 100 anos presta esse importante serviço nos colégios e nos hospitais, como bem lembrou o arcebispo, para a construção da sociedade catarinense.

Quero agradecer ao presidente do Sindicato das Escolas Particulares, cumprimentá-lo mais uma vez pela felicidade das palavras colocadas no seu discurso; às diretoras de todos os colégios, de todos os órgãos vinculados à congregação, e faço-o em nome desta querida amiga com a qual, dos 25 anos em que Tubarão me adotou, tive, durante 22 anos, oportunidades de conviver muito próximo. Refiro-me à irmã Eredina, ela que é, sem nenhuma dúvida, e todos nós reconhecemos isso na Assembleia Legislativa, uma das maiores autoridades em saúde pública de Santa Catarina. Portanto, tem o nosso respeito e é sempre lembrada nesta Casa.

Agradeço, então, em seu nome a todas as irmãs que construíram e continuam construindo essa história, a todos os colaboradores, aos funcionários, a todos os voluntários, porque eles também tiveram muita capacidade de agregação para construir uma grande rede de voluntários, especialmente nos hospitais, basta ver os vários organismos que muito colaboram para que possam oferecer um serviço de qualidade para salvar vidas.

Quero cumprimentar todos e dizer

que para nós, da Assembleia, não foi por acaso termos marcado a sessão para o dia de hoje, quando estamos iniciando a semana do Dia Internacional da Mulher. E estamos aqui, acima de tudo, homenageando mulheres muito à frente de seu tempo; há mais de 100 anos, as irmãs que decidiram empreender em saúde e educação, em nosso estado e no Brasil, comprovaram com aquela atitude que estavam muito à frente de seu tempo, tanto que a Constituição Brasileira, somente em 1988, priorizou, nos seus artigos, a educação e a saúde, quando fixou os mínimos constitucionais de investimentos nesses aspectos.

A Congregação da Divina Providência tem mais de 100 anos de preocupação com esses dois setores tão importantes para a construção de qualquer sociedade mais justa, mais fraterna, mais saudável, mais solidária, portanto mais feliz. Essa visão empreendedora persiste há 100 anos na organização da sociedade.

Dom Wilson Jönck lembrou muito bem, quando disse que Santa Catarina não seria o estado que é, a referência que é em diversos setores, especialmente em educação e saúde, como acabamos de ver na recente publicação do *ranking* nacional, não fosse a ação das irmãs e sua capacidade agregadora que levou para a consolidação desse projeto.

Portanto, bem lembrou o deputado José Milton Scheffer que aqui falou em nome dos deputados, esta noite é de muita alegria para todos nós da Assembleia Legislativa, tenho certeza de que para todos os deputados que aqui estão, para aqueles que não puderam comparecer também, porque estamos mantendo na memória viva desta Casa um momento de celebração de uma história que é vitoriosa, mas que precisa continuar sendo escrita. E com toda certeza, a partir desta sessão, haverá muito mais comprometimento deste e dos demais parlamentares que integram esta Casa e dos que virão para continuar essa grande obra.

Concluindo, essa foi a oportunidade que a Assembleia Legislativa, em nome do povo catarinense, teve para agradecer, para dizer muito obrigado pelos 100 anos! Continuem com vigor! Que Deus continue abençoando a Divina Providência, revigorando-nos no dia a dia para por muitos mais centenários podermos aqui celebrar. Se não for com a nossa presença, que seja com a dos nossos sucessores também.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 06 DE MARÇO DE 2012.

Às nove horas do dia seis de março do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Luiz Eduardo Cherem, José Nei Alberton Ascari, Joares Ponticelli, Sargento Amauri Soares, Adilor Guglielmi substituído por Manoel Motta e Volnei Morastoni. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 1ª reunião ordinária, que colocada em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O Deputado José Nei Alberton Ascari relatou o Projeto de Lei nº 0018.0/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nº 0040.9/2012 e 0011.4/2012 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Elizeu Mattos relatou os Projetos de Lei nº 0021.6/2012, 0019.1/2012, exarou pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 002.9/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Amauri Soares relatou o Projeto de Emenda Constitucional nº 001.0/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi concedido pedido de vista coletiva a todos os membros da Comissão. O Deputado Luiz Eduardo Cherem relatou o Projeto de Lei nº 0027.1/2012, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Joares Ponticelli relatou o Projeto de Lei nº 0030.7/2011 exarou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0502.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0031.8/2011 exarou parecer com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Resolução nº 0001.2/2011, os Projetos de Lei nº 0573.0/2011, 0015.8/2012 e 0033.0/2012 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou os Projetos de Lei nº 0528.6/2011; 036.2/2012 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e os Ofícios nºs 0471.2/2010, 0557.7/2011; 0561.3/2011; 0563.5/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Ofício nº 0563.5/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 06 de fevereiro de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 06 DE MARÇO DE 2012.

Às onze horas do dia seis do mês de março do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Dado Cherem, conforme determina o Art.123, §1º, do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, referente à 2ª Sessão Legislativa de 17ª Legislatura, reuniram-se os Senhores Deputados: Ismael dos Santos, Luciane Carminatti, Silvio Dreveck e as Senhoras Deputadas Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, apresentaram justificativa. Dando prosseguimento o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Inscritos a Senhora Deputada Luciane

Carminatti - cargo de Presidente e o Senhor Deputado Ismael dos Santos - Vice-Presidente; iniciado o processo de votação. foram eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, a Senhora Deputada Presidente Luciane Carminatti, agradeceu aos Deputados e, em seguida convocou todos para a 1ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual eu.... Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os Membros, será assinada pela Senhora Presidente e posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Florianópolis, seis de março de dois mil e doze.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Gilmar Knaesel, amparado no parágrafo 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente a 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados os senhores Deputados: Carlos Alberto Chiodini, Sargento Amauri Soares, Joares Ponticelli, Ismael dos Santos, Mauro de Nadal, Luciane Carminatti e Gilmar Knaesel. Dando cumprimento do Regimento Interno o senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente e Vice Presidente da Comissão. Inscrito para Presidente o Deputado Carlos Alberto Chiodini e para Vice Presidente a Deputada Luciane Carminatti. Foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleitos por unanimidade de votos. Após a eleição assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Deputado Carlos Alberto Chiodini, agradecendo aos senhores Deputados pela condução à Presidência. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou para o dia 07 de março do corrente ano a primeira reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Denise Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

Deputado Carlos Alberto Chiodini - Presidente

Luciane Carminatti - Vice Presidente

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Gilmar Knaesel

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, PARA DEBATER A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES ORIUNDOS DO BESC NO BANCO DO BRASIL, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 17H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2011, às 17h, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa, realizou-se audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher para debater a situação dos trabalhadores oriundos do Besc no Banco do Brasil. A **Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidenta da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher**, abriu a audiência pública desejando boas-vindas a todos e chamando para compor a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Dirceu Dresch, líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa; o senhor Alzumir Rossari, membro do colegiado executivo da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de Santa

Catarina (Fetec-CUT/SC); o senhor Helder Viana Costa, gerente-geral de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil; o senhor Reinaldo Yokoyama, superintendente estadual do Banco do Brasil; o senhor Paulo Roberto Cervo, engenheiro do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego; o senhor Luciano Duarte Peres, conselheiro estadual da OAB/SC, representando o senhor Paulo Borba, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/SC; e a senhora Ingrid Quadros de Mello, representando a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/SC. Em seguida, justificou que em virtude de ter que participar de um programa de televisão a respeito da morte do Vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó, teria que se ausentar naquele momento e, pedindo a compreensão de todos, informou que o Deputado Dirceu Dresch conduziria a audiência. Antes de sair, porém, explicou como seriam desenvolvidos os trabalhos, ou seja, que primeiramente se manifestariam os membros da mesa e após a plenária, e registrou a presença do senhor Jacir Zimmer, presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região; do senhor Amadeu Rosa de Andrade, diretor do Sindicato dos Bancários de Chapecó, Xanxerê e Região; do Magno Branco Pacheco, secretário-geral do Sindicato dos Bancários e Financeiros de Criciúma e Região; do senhor Cesar Mazzolli, diretor financeiro do Sindicato dos Bancários de Chapecó, Xanxerê e Região; do senhor Luiz Junior Gubert, vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Concórdia; do senhor Rogério Gaspar Czarnoday, diretor de Formação do Sindicato dos Bancários de Concórdia; do senhor Mário Antônio da Silva, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe); e da senhora Ana Smolka, representando o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. Logo após, passou a presidência da audiência ao Deputado Estadual Dirceu Dresch, a quem agradeceu a parceria, e despediu-se agradecendo a compreensão de todos. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, cumprimentou todos os presentes e disse que muitos dos que ali se encontravam tinham participado de grandes lutas, como a que era contrária à privatização do Besc. Explicou que tinha dois caminhos a seguir, que seriam ou presidir aquela audiência ou participar de um programa ao vivo na televisão, explicando que preferiu ficar na audiência principalmente pelo fato de a Deputada Luciane ter conhecido melhor o Vereador Marcelino e possuir mais elementos sobre ele para debater. afirmou que havia um ano e meio já tinham realizado uma mobilização sobre o tema Besc/Banco do Brasil e que tinha acompanhado através da bancada as tratativas sobre o conflito. Antes de passar a palavra ao primeiro orador, convidou para fazer parte da mesa a doutora Quêzia Araújo Duarte de Aguiar, Procuradora do Ministério Público do Trabalho. Na sequência, concedeu a palavra, por até dez minutos, ao **senhor Alzumir Rossari, membro do colegiado executivo da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de Santa Catarina (Fetec-CUT/SC)**, que saudou os membros da mesa e demais presentes e fez um relato sobre a situação dos funcionários egressos do Besc no processo de incorporação pelo Banco do Brasil, que havia se dado em 1º de outubro de 2008. Disse que o processo de incorporação não tinha resultado na privatização do Besc, mas tinha significado o seu fim, bem como tinha sido extremamente difícil para um grupo de funcionários que teve seu tempo de trabalho no Besc de dez anos, vinte anos, trinta anos desconsiderado, passando o tempo a ser contado a partir do dia 1º de outubro de 2008, como se fosse o primeiro dia de trabalho. afirmou também que até os dias atuais os egressos do Besc que haviam ou não migrado não tinham direito à Previ e à Cassi e, em seguida, citou as várias ações discriminatórias e de desrespeito sofridas pelos funcionários que exerceram o direito constitucional de não aderir à carreira do Banco do Brasil, opção essa oferecida pelo próprio Banco. Relatou que além de todos os egressos do Besc terem zerado o seu tempo de serviço, passaram para a função de escriturário, independente de terem sido gerentes, caixas ou comissionados, resultando num choque psicológico sob o ponto de vista da sua condição de funcionário. Para exemplificar o que afirmava, citou o caso de um gerente de uma cidade do interior que num dia era gerente e no outro havia passado a ser escriturário, fazendo o serviço que o contínuo terceirizado fazia no autoatendimento. Disse também que o piso salarial daqueles que não tinham migrado para a carreira do Banco do Brasil era de R\$ 1.400,00, conforme a convenção da Fenaban, enquanto que os da carreira era de R\$ 1.760,00, e que não existia possibilidade de ascensão profissional por não terem

migrado para a carreira do Banco do Brasil, existindo uma clara discriminação em relação àqueles funcionários. Em relação ao acordo coletivo de trabalho disse que era uma camisa de força, porque em função de ser um acordo nacional não havia a opção para Santa Catarina ter ressalvas no acordo, sendo posta a condição de que os colegas do Besc não tinham direito às faltas abonadas, enquanto que o funcionário que migrou ou que já era do Banco do Brasil tinha direito a cinco dias, o mesmo ocorrendo em relação às ausências autorizadas para nascimento de filho, por exemplo, já que quem não tinha migrado tinha direito a cinco dias e os demais tinham direito a dez dias. afirmou que se chegou ao ponto de não ter direito à cessão de dirigente sindical no Sindicato pelo fato de não ter migrado para a carreira do Banco do Brasil, como ocorreu com um funcionário de Florianópolis. Lembrou a todos que o Ministério Público do Trabalho já havia se manifestado a respeito e proposto um Termo de Ajustamento de Conduta ao Banco, que não aceitou, e que o Ministério do Trabalho havia realizado auditoria e constatado todos aqueles fatos em relação aos quais o Banco também não fez nenhuma movimentação. Em relação ao “descomissionamento” de alguns funcionários, que na sua grande maioria era de caixas, comissionados ou até gerentes, muitos com quinze anos ou vinte anos de serviço, deixou claro que a legislação vigente era taxativa ao dar o direito pelo menos à incorporação da função àqueles funcionários, o que o Banco do Brasil também havia se negado a fazer. afirmou que estava aguardando a manifestação do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e das demais autoridades, e que esperava que a justiça fosse feita em relação àqueles funcionários. Disse ainda esperar que o Banco do Brasil passasse a ter outra postura no processo negocial, cujas inúmeras reuniões vinham sendo feitas ao longo daqueles três anos sem que nenhum avanço fosse conseguido, salientando que os colegas do Banco do Brasil de Santa Catarina sempre tinham sido gentis e receptivos, mas que não tinham autoridade ou não conseguiam resolver aquele problema tão grave para os empregados que não haviam migrado para a carreira do Banco do Brasil. Falou que existiam duas realidades entre os egressos do Besc, a de um grupo de funcionários que não teve considerado o seu tempo de serviço e que não podia migrar para a Previ e para a Cassi, o que abrangia todos os empregados, e a de outro grupo que exerceu o seu direito de não migrar, pois migrando perderia direitos. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] Disse que esperava que fossem retirados encaminhamentos daquela audiência pública no sentido de que se abrisse um processo de negociação e que a Alesc enviasse à direção do Banco do Brasil a necessidade de se reabrir o processo com a oitiva de todas as autoridades legais para que fosse dada uma boa resolubilidade àquele caso. Em seguida, a palavra foi passada para a **senhora Quêzia Araújo Duarte de Aguiar, Procuradora do Ministério Público do Trabalho**, que afirmou que ela própria havia proposto a ação e que encaminhara o inquérito civil em discussão. Disse que esperava trazer alguns esclarecimentos, falando que o Ministério Público do Trabalho, após investigação, propusera a ação civil pública que estava tramitando na 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis. Explicou que o Ministério Público entrara com aquela ação porque havia se convencido, após a análise das provas colhidas na investigação, que o Banco do Brasil estaria adotando práticas configuradoras de assédio moral com o objetivo de convencer uma significativa parcela de trabalhadores oriundos do Besc, muitos com mais de cinquenta anos de idade e próximos da aposentadoria, a renunciar direitos adquiridos, como a estabilidade, para ingressar no início da carreira no Banco do Brasil. Disse que naquela ação o Ministério Público postulava diversas obrigações de fazer e de não fazer por parte do Banco do Brasil, pretendendo a nulidade da cláusula de renúncia de estabilidade contida no termo de migração, intencionando com isso que o Banco do Brasil se abstivesse de exigir que os empregados egressos do Besc optassem pelo regulamento de pessoal e pelo plano de cargos e salários, e pela consequente renúncia à estabilidade profissional. afirmou que havia, inclusive, um pedido de indenização por danos morais individuais e coletivos. Comentou que haviam sido ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pelo Banco do Brasil, já tendo ocorrido a audiência de instrução, e que foram expedidas as cartas precatórias que vinham sendo cumpridas. informou que o encerramento da instrução estava designado para o dia 30 de janeiro, sendo que após isso o juiz proferiria a sentença. Ressaltou a importância da fiscalização do

Ministério do Trabalho no período de instrução, lembrando que o relatório fiscal e os autos de infração estavam sendo juntados aos autos do processo, pois estes evidenciavam aquilo que o Ministério Público vinha alegando desde a petição inicial. Comentou que a dignidade da pessoa humana era um princípio fundamental da República Federativa do Brasil, que também privilegiava a preservação de um meio ambiente de trabalho saudável. Disse que o Banco do Brasil deveria, como uma sociedade de economia mista federal, figurar como um instrumento de ação do Estado na busca do interesse público e do bem-estar social, obedecendo aos princípios constitucionais estabelecidos. Confessou ser lamentável o que fora constatado por ela durante a investigação no inquérito civil e no decorrer da ação civil pública, nas conversas realizadas com trabalhadores, momento em que verificou o sofrimento de diversos seres humanos que gastaram suas vidas prestando serviços ao Besc. Disse que aqueles trabalhadores, que haviam criado seus filhos e sustentado suas famílias por muitos anos através dos recursos advindos dos seus empregos, naquele momento viam-se diante do fantasma do desemprego e da desvalorização profissional. Contou que muitos empregados do Besc tiveram seus instrumentos de trabalho retirados abruptamente, pois de um dia para o outro não possuíam mais seus computadores nem seus telefones, nem mesmo um lugar para deixar seus objetos pessoais. Explicou que muitos foram afetados pela mudança na realização das suas atividades profissionais sem o devido treinamento, contanto o exemplo de um trabalhador que, após galgar diversos degraus na carreira do Besc, relatou que não possuía mais sonhos profissionais. Segundo ela, aquele trabalhador havia passado de gerente de uma agência do Besc a uma função em que não exercia atividade alguma, sendo colocado em uma mesa para realizar uma atividade qualquer e realocado posteriormente na atividade de autoatendimento, local onde atualmente esperava por sua aposentadoria. Disse ter ficado chocada pelo fato de o assédio moral ter-se tornado normal na vida daquelas pessoas, retirando do assediado a condição de luta, e deixou claro que aquela situação estava sendo verificada na conversa com diversos funcionários oriundos do Besc. Externou serem aqueles os motivos que a haviam levado a comparecer àquela audiência pública, pois entendia que somente a ação civil pública não seria suficiente para resolver um problema tão grande, e louvou a iniciativa da Alesc em se envolver naquele tema. Finalizou dizendo que esperava que aquela reunião apontasse os caminhos e as medidas a serem adotadas para que o direito daqueles trabalhadores fosse preservado, pois o assédio moral prejudicava não somente os trabalhadores e as suas famílias, mas toda a sociedade. Prosseguindo, fez uso da palavra o **senhor Paulo Roberto Cervo, engenheiro do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego**, que informou realizar auditorias pelo Ministério do Trabalho em relação às empresas, explicando que a partir disso teceria comentários genéricos em relação ao setor bancário, pois os problemas se repetiam naquele setor. Contou que os problemas bancários estavam basicamente circunscritos à região dos caixas pela questão do mobiliário e de falta de pausas na atividade daqueles servidores. Disse que todo o mobiliário, apesar dos avanços ocorridos, privilegiava os equipamentos e não as pessoas, ocasionando o surgimento de doenças como LER e Dort. Frisou que o setor bancário não vinha respeitando as pausas dos caixas, apesar de os cartazes existentes nas agências pedirem que tais pausas fossem respeitadas. Reiterou que o mobiliário existente não privilegiava as pessoas, mas equipamentos como o leitor de cheques, a autenticação eletrônica, o telhado, o mouse, a gaveta com o dinheiro e o balcão. Explicou novamente que aquele mobiliário que não privilegiava o trabalhador e que a falta de pausas vinham causando lesões no punho, no cotovelo e no ombro dos funcionários do setor bancário, problemas esses que se desenvolviam ao longo de cinco, dez ou até quinze anos de exercício da profissão. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]* Continuando, citou que o segundo grande problema enfrentado pelo setor bancário em geral era o da competitividade entre os bancos, explicando que cada banco queria ter a maior fatia de mercado, comprar outros bancos, agregar a seus serviços maior rentabilidade e que, para tal, estipulava metas criando gerências específicas dentro da agência para prolongar a jornada dos trabalhadores, impondo metas às pessoas para que o banco tivesse uma lucratividade sempre maior dentro da agência. Recordou que havia um ano, quando ocorreu a quebra de

internacional, os bancos brasileiros tinham chamado a atenção do mundo devido à sua evolução em vários quesitos da administração bancária, da gerência financeira, da venda de produtos e na administração do Banco Central, deixando o setor bancário brasileiro muito orgulhoso. Por outro lado, disse que constataram através de auditoria uma lucratividade da atividade que nenhum outro setor da economia nacional possuía. Prosseguindo, analisou que o banco, com toda aquela *performance* técnica e de lucratividade, não tinha o mesmo desempenho na gestão de pessoas. Informou que todo o setor bancário tinha cartilhas bonitas, por exemplo, de assédio moral e de gestão de pessoas, mas que na rotina diária da agência aquilo não era observado. Com relação às fusões bancárias que aconteceram no País e que começaram por São Paulo, observou que a presidência daqueles bancos havia deixado todos os problemas de gestão de pessoas e de recursos humanos para o gerente da agência local resolver, acrescentando que o gerente acabou ficando com a competitividade entre os bancos, com a venda de produtos e com o *ranking* entre as agências. Analisou que o gerente já possuía uma carga muito grande de trabalho e que ele ficou ainda com uma demanda de gestão de pessoas para a qual muitas vezes não estava preparado, salientando que não houve uma política interna para resolver aquele tipo de problema. Contou que algumas agências foram auditadas e que viram diferenças no tratamento dos mesmos problemas, concluindo que não existiu uma diretriz básica para o enfrentamento dos problemas que apareceram em todas as agências. Analisou que a fusão bancária era boa do ponto de vista econômico, mas que os trabalhadores eram induzidos a abrir mão de direitos que contrariavam a legislação, como o princípio do direito adquirido e o princípio básico do direito do trabalho. Avaliou que aquela audiência estava servindo para discutir a gestão de pessoas nas grandes organizações financeiras, acrescentando que o produto Besc não era somente as carteiras e os ativos que possuía, mas também as pessoas que nele trabalhavam. Contou ter auditado um banco privado havia três anos, tendo na ocasião realizado uma autuação por trabalho indevido e gerador de adocimento de alguns funcionários, complementando que a gestão de pessoas não podia ser simplista e encarar todas as pessoas dentro de um banco como iguais em suas reações a situações de estresse, uma vez que elas não eram iguais e nunca seriam. Concluindo, avaliou que sua auditoria era eficaz no setor por determinação do Ministério Público, que cobrava resultados do Ministério do Trabalho. Usando a palavra, a **senhora Ingrid Quadros de Mello, representando a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/SC**, contou que recebeu o convite para participar da audiência e que ficou espantada por estarem chamando um membro da Comissão de Direitos Humanos, explicando que na condição de advogada e psicóloga geralmente lhe encaminhavam convites referentes à violência. Externou estranhamento após escutar ali o relato da Procuradora do Trabalho e disse que estava tomando conhecimento das informações naquele momento. Nesse sentido, comentou que iria ser breve na sua manifestação e que estava ali para ouvir e colaborar. Opinou que aquela era uma luta que não poderia deixar passar despercebida porque era de extrema relevância, uma vez que a dignidade humana não podia ser desrespeitada. Por fim, agradeceu a oportunidade de estar ali e se colocou à disposição para colaborar a respeito da dignidade da pessoa humana. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Luciano Duarte Peres, conselheiro estadual da OAB/SC, representando o senhor Paulo Borba, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/SC**, que inicialmente parabenizou a iniciativa da Assembleia Legislativa por trazer o debate sobre a garantia de direitos fundamentais, comentando que todos os Deputados haviam recebido o voto de louvor da população brasileira, que sabia que a legislação seria guarnecida, cumprida e cada vez mais aprimorada através da união dos Deputados Federais e Estaduais. Explicou que recebeu o convite para a audiência algumas horas antes de ela começar, comentando que o presidente da OAB deveria tê-lo chamado para representá-lo por ser ele o presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor Bancário. Analisou que, atualmente, vivia-se um período de ditadura financeira no Brasil e que, infelizmente, muito havia se construído após a Constituição Federal de 1988. Reafirmou que nos dias atuais aquele período não era mais disfarçado e que ali estava a prova, já que valia a lei do mais forte em desrespeito total às normas escritas. Avaliou que na ação civil pública ficava muito claro o desrespeito a direitos

adquiridos no contrato de trabalho e que a desculpa usada era sempre a da manutenção da estabilidade econômica, da lucratividade, da tentativa de manutenção dos direitos igualitários. Informou que, após um levantamento feito de 1988 a 2011, foi constatada a diminuição do quadro de funcionários de todos os bancos privados ou estatais com o objetivo informatizar o setor, havendo sempre o desrespeito total à força do trabalhador, e destacou que no mesmo período a lucratividade dos bancos quase triplicou com o aumento do *spread* bancário. Prosseguindo, contou ter apresentado no CNJ, havia seis meses, um dado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina segundo o qual 94% das ações que tramitavam no Judiciário catarinense faziam parte de um caixa dois dos bancos, tratando-se de um dinheiro que não estava provisionado e não fazia parte dos balancetes das instituições financeiras. Observou que sempre que o artigo 5º da Constituição, que disciplinava os direitos fundamentais, era questionado e não era cumprido em sua integralidade, podia-se perceber o quanto o Brasil era um país de quinhentos anos e que ainda tinha muito a evoluir. Disse acreditar que o Ministério Público ainda era um órgão bastante respeitado e lamentou não ser mais ouvido, lembrando que o Ministério Público tinha como função defender a Constituição e a sociedade, mas que muitas vezes esbarrava na própria morosidade do Poder Judiciário. Falou que a fusão dos bancos ocorreu havia aproximadamente oito anos, acrescentando ainda existirem funcionários em situação irregular e que para um País que era a sétima economia do mundo aquilo era uma vergonha. Continuando, falou que advogava muito em prol dos consumidores e que lhe saltou aos olhos o fato de 80% dos gerentes que se aposentaram e que atualmente defendiam a bandeira do Banco do Brasil na região da Grande Florianópolis fazerem parte da sua carteira de clientes, tendo colocado o Banco na Justiça. Avaliou que nos dias atuais não existia mais gestor de conta, mas, sim, gestor de sistema, já que tudo estava atrelado ao sistema que tinha em vista, através da imposição de inclusão de metas, a venda de um produto chamado dinheiro. *[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.]* Opinou que a audiência pública, semente lançada pela Alesc, deveria ser lançada também em nível nacional, considerando que o povo estava cansado de ver grandes bancos internacionais virem para o Brasil para especular e ganhar dinheiro ao invés de sanear o direito individual do cidadão e diminuir o *spread* bancário e os juros para o consumidor. Acrescentou que nos últimos dez anos, com a vinda do PT para o governo federal, tinha havido uma evolução, um controle inflacionário que considerava eficaz, mas afirmou que era preciso mais vontade e união por parte dos governantes, tanto em nível federal quanto estadual. Disse que o povo deveria ser mais ouvido, tendo em vista sua luta em 1988 por uma Constituição democrática. Quanto à estabilidade comentada anteriormente, lembrou que estava garantida pela Constituição Estadual e disciplinada na Constituição Federal. Lamentou serem rechaçados direitos individuais e fundamentais por questão de aumento de lucratividade, aumento de fusão ou por ganância, declarando que tal ato, em sua opinião, seria a mesma coisa que rasgar a Constituição Federal. Comentou que tinha escrito um livro a respeito do assunto em pauta chamado “A Verdade sobre os Juros nos Contratos Bancários”, e lamentou que ainda se estava vivendo no período da ditadura financeira. Em seguida, parabenizou a Procuradora pela ação civil pública e desejou que o Ministério Público lograsse êxito na empreitada não só para restabelecer os direitos fundamentais dos trabalhadores, mas para que a sociedade pudesse ver que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário estavam agindo em defesa da Constituição Federal. Contou que muito lhe perguntavam se era contra a questão dos juros altos e que sempre respondia que não era contra, desde que os bancos, ao fecharem seus balanços e balancetes, provisionassem e pagassem PIS, Cofins e tudo aquilo que era devido no provisionamento do compulsório conforme determinado, bem como que não aumentassem sua lucratividade em detrimento dos direitos básicos e individuais dos trabalhadores, como havia acontecido na fusão do Besc. Finalizou desejando que daquela reunião pudessem sair encaminhamentos e que o povo tivesse voz para que num período muito curto se pudesse acabar com a ditadura financeira, que era uma vergonha para a sétima economia mundial. Fazendo uso da palavra, o **senhor Helder Viana Costa, gerente-geral de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil**, após os cumprimentos, comentou trechos do acórdão proferido pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho na Ação Trabalhista 4.138/2009. No trecho do referido

documento que dizia que não havia ocorrido na conduta do empregador a alegada violação à dignidade humana e ao valor social do trabalho e que o réu havia mantido o trabalho e os patamares dos salários dos besquianos, disse acreditar que o Tribunal estava garantindo a conduta do Banco. Citou trecho que dizia que os autos haviam revelado que os benefícios do regulamento do banco incorporado tinham sido preservados para os empregados que não tinham optado pela migração aos novos regulamentos do Banco do Brasil; que todos os benefícios tinham sido mantidos, mas que não poderiam vigor dois regulamentos ao mesmo tempo, já que se tratava de sociedade de economia mista federal e isso provocaria dissonância de tratamento entre os próprios empregados. Na continuidade, esclareceu a situação atual dos trabalhadores oriundos do Besc no Banco do Brasil. Comentou alguns pontos levantados pela Procuradora e pelo senhor Luciano, dizendo que a parcela referida significava 154 pessoas de um total de 3.142 funcionários que tinham sido incorporados pelo Banco do Brasil, enfatizando que o Banco, que anteriormente tinha 78 mil funcionários, contava atualmente com 117 mil funcionários. Afirmou que o Banco do Brasil não havia feito nenhuma demissão de funcionário do Besc. Reportando-se ao treinamento, informou que tinham sido gastas mais de 44 mil horas para preparar os funcionários para o processo, admitindo que não era de um dia para o outro que se alcançava expertise para dominar novos sistemas. Em relação aos cargos, informou que tiveram um enquadramento naquilo que correspondia dentro do Banco do Brasil, sendo que muitos gerentes do Besc migraram para o Banco do Brasil também como gerentes. Explicou que não estava havendo discriminação e sim que estavam respeitando carreiras diferentes. Quanto à questão levantada pelo representante do Sindicato, afirmou que o tempo de trabalho tinha sido respeitado, sim, apenas não tinham sido utilizados os mesmos critérios para outra carreira que admitia promoção de maneira diferente. Quanto ao plano de previdência, a Previ e a Cassi, garantiu que os funcionários do Besc tinham sido patrocinados pelo Banco do Brasil tal qual seus demais funcionários, a não ser os que tinham decidido não ter um plano. Em relação ao piso salarial, confirmou que de fato havia uma diferença, que decorria de uma convenção coletiva de trabalho, momento em que houve a intervenção de um participante da plenária. Ato contínuo, o **senhor Presidente** garantiu a palavra ao orador, afirmando que todos poderiam se manifestar no momento oportuno. Continuando, o **senhor Helder Viana Costa** ressaltou que o Banco do Brasil havia garantido aos funcionários do Besc uma priorização no seu sistema de promoção interna; que eles figuravam de maneira destacada no Banco em todo o País para que ocupassem os cargos, inclusive gerando em algumas situações contestação por parte dos funcionários do Banco do Brasil, que entendiam não ser justo o cargo ser ocupado por um colega com menos tempo de banco. Perguntou se a questão central seria respeitar a diferença de carreira ou considerar que uma parcela pequena teria direito aos benefícios das duas carreiras. Deixou claro que na hora em que fossem estendidos para aqueles funcionários os benefícios requeridos e que tinham sido reconhecidos pelo Tribunal como não devidos, seria preciso também estendê-los aos 117 mil funcionários do Banco do Brasil. *[Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.]* Pedindo a palavra, o **senhor Luciano Duarte Peres, conselheiro estadual da OAB/SC, representando o senhor Paulo Borba, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/SC**, informou ter pegado da Internet dados do último balanço e balancete do Banco do Brasil, acrescentando que o Banco, no último trimestre, havia sido o segundo maior em lucratividade em nível nacional. Explicou que aquilo também se devia à fusão e à carteira de créditos ativos e passivos, ao fato de o Banco ter passado a receber a folha de pagamento de todos os funcionários estatais e ao fato de a própria previdência dos funcionários do Besc e do Banco do Brasil, atualmente, ter ficado na conta única do Banco do Brasil, na qual rentabilizava. Comentou ainda que o Banco teve uma lucratividade de R\$ 2,89 bilhões, reiterando que aqueles dados estavam no balanço e balancete publicados no Google havia exatos trinta dias. Concluindo seu pronunciamento, afirmou que quando se falava em direitos individuais de uma pequena parcela de cento e quarenta e poucos funcionários, poderia estar se falando de apenas um funcionário, momento em que foi efusivamente aplaudido. Em seguida, o **senhor Reinaldo Yokoyama, superintendente estadual do Banco do Brasil**, agradeceu a oportunidade de poder participar da audiência pública

e avaliou que o Banco do Brasil havia feito a incorporação do Besc e, dentre os vários compromissos assumidos, havia também a questão das pessoas. Falou ainda que as pessoas tinham tendência, geralmente, de noticiar e ampliar os fatos negativos, e que talvez por essa razão o senhor Helder havia citado as 154 pessoas não optantes. Informou, entretanto, que mais de 2,7 mil pessoas haviam optado pela carreira do Banco do Brasil e que elas tinham, junto com os outros 115 mil funcionários do Banco, os mesmos direitos. Reiterou que o Banco do Brasil procurava se fazer presente de forma maciça e que possuía uma preocupação muito intensa com os funcionários, principalmente no momento das incorporações. Disse que o senhor Helder era gerente-geral da área de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil no Estado de Santa Catarina, enquanto ele próprio trabalhava com o superintendente estadual na área de negócios, acrescentando que não havia motivos para omitir dados ou fugir das questões a eles propostas. Contou que, à época da incorporação do Besc, o presidente do Banco do Brasil Lima Neto deixou a seus funcionários um texto bastante claro no qual dizia que o ativo mais importante do Banco eram seus funcionários, que precisavam ser tratados com carinho. Registrou como contraponto que na Superintendência Estadual de Santa Catarina, que coordenava os negócios conduzidos por mais de 340 agências do Banco do Brasil, havia de 20% a 25% de funcionários egressos do quadro do Besc, sendo que na área de recursos humanos eles perfaziam mais de 50% dos funcionários. Disse ainda possuir relatos de vários profissionais do Besc que estavam tendo oportunidades talvez antes impensáveis, como era o caso de administradores que atualmente estavam ocupando a função de gerentes e que passaram a ser administradores do Banco do Brasil em São Paulo, ou como aqueles que conduziam os rumos do Banco do Brasil em várias diretorias nas áreas de *marketing*, controladoria e tecnologia. Citou o caso de funcionários do Besc que haviam sido nomeados, por interesse próprio, para outras localidades, como Brasília, Rondônia e Goiás. Mencionou o comentário feito pelo ex-Governador Luiz Henrique, que disse que o Besc não havia apenas renascido, mas havia renascido mais forte, com um modelo mais apropriado de gestão, com as ferramentas tecnológicas do maior banco do Brasil e da América Latina, e que passaria a se apresentar com muito mais vigor, sendo capaz de expandir ainda mais o crédito. Informou ainda que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, no momento em que anunciou a incorporação do Besc pelo Banco do Brasil, destacou que se tratava de um casamento feliz o fato de um banco local, que atendia muito bem a população, somar forças com o maior banco privado do País, pois isso evitaria que o Besc fosse diluído na cadeia de bancos privados, perdendo sua personalidade. Disse, por fim, que o ex-Presidente Lula havia citado também que se estava unindo duas instituições poderosas para que as duas, juntas, pudessem fazer muito mais e melhor do que vinham fazendo individualmente. Lembrou que num passado não tão distante houve outras fusões de bancos, uma delas envolvendo um dos maiores bancos do País e que resultou na demissão de mais de 2.500 bancários, acrescentando que o Banco do Brasil, quando realizou a incorporação do Besc, não demitiu nenhum funcionário. Reforçou alguns pontos que fundamentaram a união do Banco do Brasil ao Besc, citando entre eles a recuperação da capacidade de atendimento. Informou que o Banco do Brasil investiu mais de R\$ 140 milhões nos últimos três anos para melhorar o ambiente, a qualidade de vida e o atendimento dos clientes, explicando que praticamente todo o orçamento que receberam no Estado de Santa Catarina foi direcionado para as agências com maior necessidade, que foram as que receberam do Besc. Disse ainda que substituíram mais de 1.400 terminais obsoletos utilizados pelos funcionários, que 480 terminais de autoatendimento foram modernizados ou simplesmente substituídos, e que substituíram 800 equipamentos de ar condicionado, com mudanças inclusive na estrutura elétrica das agências que eram do Besc. Falou que o Banco do Brasil propiciou a seus novos servidores um salto de qualidade tecnológica, com acesso a novas plataformas bancárias. Informou que algumas agências do Besc precisaram ser integradas devido a sua proximidade de alguma agência do Banco do Brasil, acrescentando que, em compensação, pegaram vários funcionários dessas localidades para permitir que em Municípios onde o Besc tinha apenas três ou quatro funcionários passasse a contar com no mínimo seis funcionários. Mencionou ainda terem feito uma forte capacitação não para que os funcionários conhecessem o Banco do Brasil, mas voltada ao crescimento profissional, ao encarecimento

e a treinamentos que constavam na grade do Banco do Brasil e que não constavam na carreira do Besc. Destacou que em abril de 2009 as agências BB/Besc tinham R\$ 100 milhões aplicados para operações direcionadas a micro e pequenas empresas, sendo que atualmente essa quantia era de R\$ 397 milhões. Com relação à quantidade de empresas beneficiadas, observou terem passado de 1.500 para 6.400 empresas. Falou que o Banco do Brasil tinha, dentro do seu leque de produtos e serviços, alguns que o Besc não oferecia, como era o caso do Proger, o Programa de Geração de Emprego e Renda, explicando tratar-se de uma linha de crédito para investimentos com a taxa de 0,8% ao mês e prazo de até 96 meses, e que esse serviço pôde ser estendido a uma camada maior da população, pois o Banco do Brasil passou a ter agências em localidades onde antes só havia agências do Besc. Disse que, recentemente, o governo federal havia anunciado o Programa Crescer e que em três meses haviam conseguido liberar mais de R\$ 11 milhões no Estado de Santa Catarina, sendo que foram emprestados mais de R\$ 3 milhões somente para a rede BB/Besc. Com relação ao apoio à agricultura, observou que o Banco do Brasil tinha uma identidade muito grande com o agronegócio e com a agricultura familiar e que o Banco, atualmente, representava aproximadamente 70% de todo o crédito concedido ao micro e pequeno produtor rural, através da linha do Pronaf. [Taquígrafa-*Revisora: Carla Greco Granato.*] Explicou que 15% do montante do Pronaf era aplicado em Santa Catarina e que, em 2008, na rede BB/Besc havia apenas R\$ 64 milhões aplicados, sendo que uma incorporação superou a marca de R\$ 500 milhões na última safra. Informou que, atualmente, havia 25 mil clientes beneficiados e que possivelmente havia produtores rurais que não estariam sendo atendidos de maneira adequada. Salientou que a incorporação do Besc pelo Banco do Brasil foi um movimento bastante complexo, tendo sido assumida uma rede física gigantesca, uma base de clientes bastante grande e funcionários de grande valia e igualmente profissionais. Salientou o nível de complexidade da situação, dizendo não estar afirmando que não estavam ocorrendo problemas e dificuldades, mas que aqueles desafios precisavam ser superados sem serem confundidos com qualquer tipo de discriminação. Quanto à questão da estabilidade que envolvia 154 funcionários optantes, afirmou que se tratava, sim, de uma limitação, uma vez que o BB era regido pela CLT, a qual previa o FGTS e não a estabilidade privativa de funcionários públicos que atendessem determinados requisitos. Considerou que superar aquela questão era um dos grandes desafios, destacando que caso fosse oferecida a estabilidade, o Banco estaria infringindo um dispositivo legal. Quanto à questão dos mobiliários e dos ambientes, disse que ela podia ser tratada em momento oportuno. Por último, agradeceu a oportunidade e encerrou sua fala. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que se desculpou pelo atraso e avisou que teria outro compromisso em seguida. Destacou que apoiava o movimento dos besquianos, parabenizando as lideranças e o Sindicato pela persistência na luta do movimento. Disse acreditar na solução se a direção da presidência nacional do Banco do Brasil tivesse predisposição para tanto e que a discussão não precisaria estar no nível de constrangimento em que estava. Lembrou que ainda havia plaquinhas do Besc em alguns lugares, mas que, na verdade, ele não existia mais, e enalteceu o fato de ele ter sido incorporado pelo Banco do Brasil, e não privatizado. Parabenizou todos os envolvidos no debate e finalizou sua participação. Prosseguindo, o **senhor Presidente** também considerou positiva a luta de todos pela não privatização do Besc. Ponderou que se houvesse uma empresa, a exemplo do Besc, que fizesse política de desenvolvimento em Santa Catarina, certamente o Estado seria outro. Lembrou que atravessar uma crise econômica sem banco público e sem sistema financeiro público trazia grande dificuldade de os governos intervirem no processo de desenvolvimento. Segundo ele, não ter uma empresa pública catarinense como o Besc prejudicava também o desenvolvimento estadual de Santa Catarina, e enalteceu a iniciativa do governo federal em não permitir a privatização do Besc. A seguir, solicitou a palavra a **senhora Quézia Araújo Duarte de Aguiar, Procuradora do Ministério Público do Trabalho**, esclarecendo que a questão da estabilidade não tinha relação com a questão do FGTS e que não havia a possibilidade de abri-la a todos os empregados porque ela tinha a ver com uma situação fática, com um direito que constava no contrato de trabalho de determinado número de empregados. Desse modo,

considerou a preocupação desnecessária, afirmando que a questão não iria causar o transtorno colocado. Disse não conhecer a ação julgada improcedente que foi citada, mas que o fato de ela ter sido julgada improcedente não significava que a ação atual iria ter o mesmo caminho. afirmou que assédio moral era uma questão de prova e que, dessa forma, ela esperava que das provas, naquele momento, fosse considerada a melhor. Complementou dizendo que a jurisprudência mencionada mostrava a complexidade da questão, o que comprovava a importância do debate. Finalizou afirmando que não eram apenas 154 funcionários que ainda resistiam, mas que o número de prejudicados girava em torno de quatrocentos. Na sequência, o **senhor Presidente** disponibilizou a palavra à plenária, tendo primeiramente se manifestado o **senhor Jacir Zimmer, presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região**, que salientou a importância da participação do Ministério Público, da Superintendência do Ministério do Trabalho e da OAB, além dos companheiros besquianos que vinham resistindo à luta bravamente. Falou que muitos dos elementos colocados eram inquestionáveis, como a pujança do Banco do Brasil em âmbito nacional, que era notória. Segundo ele, aquele vigor todo se dava por conta da sua política de recursos humanos que se dedicava, nos últimos anos, na busca do lucro, pautando-se quase que exclusivamente pela lógica de mercado. Apesar do diálogo existente, afirmou haver dificuldade em se evoluir nas questões que diziam respeito aos recursos humanos, principalmente nos aspectos oriundos do Besc, os quais refletiam um travamento. Desejou que dentro da combinação da luta política com a luta institucional e a partir da audiência pública pudessem ser encaminhadas, junto à direção do Banco, soluções definitivas para Santa Catarina. Avaliou que todos os besquianos eram atualmente funcionários do Banco do Brasil e não podiam mais ser tratados de maneira diferente. Em seguida, fez uso da palavra a **senhora Ana Luiza Smolka, diretora de Cultura do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região**, que, após os cumprimentos, falou da importância daquele momento. [*Taquígrafa-Revisora Sibelli D'Agostini*] Contou que era funcionária do Banco do Brasil e dirigente do Sindicato de Curitiba e região, informando que havia recebido alguns colegas incorporados do Besc que foram trabalhar naquela base paranaense. Acrescentou que eles moravam em repúblicas, mantinham suas famílias em Santa Catarina e enfrentavam, nos últimos três anos, no período da incorporação, o fato de ficarem sem assistência médica naquele Estado, pois a assistência médica do Besc, a Unimed, só cobria a região catarinense. Falou que estava representando os 150 funcionários e que entraram com uma ação na Justiça para pedir a Cassi e a Previ para eles. Disse que o Judiciário entendia que o Banco do Brasil tinha que oferecer assistência médica a aqueles funcionários, e foi aplaudida pela plenária. Contou que o Banco do Brasil, atualmente, tinha uma participação acionária majoritariamente do governo federal, mas que era de apenas 51%, e que o restante era de acionistas privados, investidores e especuladores estrangeiros que já tinham 17% do Banco do Brasil. Relatou uma pesquisa feita com os funcionários daquele Banco em Curitiba e região e disse que 43% dos funcionários comissionados tinham que tomar remédios de tarja preta por terem adquirido doenças mentais causadas pelo trabalho, tais como síndrome do pânico, depressão e ansiedade. Em relação à violência que havia sido citada anteriormente por outra oradora, disse que aquela estava institucionalizada, que era organizacional, e afirmou que a organização do trabalho do Banco do Brasil fazia as pessoas adoecerem, acrescentando que o assédio moral era uma prática para atingirem as metas abusivas. Contou que fizeram um ofício à Presidenta Dilma e ao Ministério Público formalizando a denúncia escrita pelos funcionários, mas que o ideal seria ir ao Congresso Nacional e formarem um grande movimento a fim de conseguirem reverter o quadro atual. Informou estarem solidários com os colegas que não aderiram, com os que aderiram e com os colegas do Banco do Brasil que passaram por aquela situação de extrema violência. Avaliou que após a dependência química causada pela tarja preta vinha o suicídio, e que naquele Banco, em um único ano, ocorreram 26 suicídios durante o PDV, acrescentando que uma colega sua de trabalho, em Curitiba, havia se jogado do nono andar do prédio do Banco em pleno expediente. afirmou que as pessoas tinham que ser colocadas em primeiro lugar, que o emprego tinha que ser decente, que tinha que haver condições de trabalho e respeito aos direitos dos trabalhadores. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Artur Tempesta, secretário de Formação do Sindicato dos**

Bancários de Florianópolis, que cumprimentou todos e disse que os representantes da empresa falaram muito em termos de números, principalmente com relação ao incremento e crescimento, seja ele em investimento no Estado, em base de clientes, em infraestrutura, em horas de treinamento tanto para os funcionários de carreira quanto para os egressos do Besc, e alegou que aquele tipo de discurso tendia a passar uma pretensa objetividade de que números eram incontestáveis, gerando uma visão absoluta de que estavam tendo melhorias e avanços reais em todas as horas. Disse que todos sabiam que não era bem assim, porque alguns números não haviam sido mencionados. Falou que havia sido mencionado na audiência o número de incremento total de funcionários do Banco do Brasil naquele período, avaliando, porém, não ter sido mencionado o número de dependências do Banco, o incremento que sofreu nas suas dependências de varejo naquele período, o aumento da base de clientes que o Banco teve, o aumento da lucratividade e o índice de eficiência operacional naquele período. Explicou aos presentes que o Banco, somente no que auferia em receitas de tarifas bancárias, conseguira pagar integralmente a sua despesa com pessoal e que ainda sobrava muito dinheiro; que isso era chamado de índice de eficiência operacional e que estava muito além de 100%. Falou que o Banco tinha a grande preocupação de que os colegas egressos de outros bancos fossem todos agora funcionários do Banco do Brasil. Contou que no estatuto da Cassi dizia que o único pré-requisito para ser titular do plano de saúde era ser funcionário do Banco do Brasil e que os colegas egressos do Besc ainda não haviam tido aquele direito. Perguntou se eram todos funcionários do Banco do Brasil e se eram todos iguais. Disse que sabiam da impossibilidade que os colegas catarinenses tinham para resolver aqueles problemas, mas que gostariam de ter a sua colaboração a fim de conseguirem atingir os objetivos pretendidos quando o problema chegasse à esfera da diretoria do Banco. Despediu-se solicitando dignidade aos funcionários. O **senhor Presidente** convidou a Deputada Estadual Luciane Carminatti para a mesa e para assumir a coordenação dos trabalhos e passou a palavra ao **senhor Anito Rocha de Oliveira, gerente-geral Jurídico do Banco do Brasil em Santa Catarina**, que cumprimentou todos e contou que aos 7 anos vendia sorvete e que atualmente era gerente jurídico do Banco do Brasil no Estado de Santa Catarina. afirmou que o Banco do Brasil oferecia oportunidades para os seus funcionários, para aqueles que abraçavam a carreira, para aqueles que se submetiam e se sujeitavam a correr o Brasil. Falou que aqueles que integravam o quadro funcional do Banco do Brasil como um todo, atualmente, tinham um horizonte muito grande de crescimento. Com relação ao tema específico sobre a discriminação feita aos funcionários egressos do Besc, afirmou que aquilo não existia. Disse que os funcionários do Besc tinham a Unimed e contou que havia perguntado para uma funcionária do seu setor se ela iria optar pela Cassi, e que ela havia respondido que não. Disse acreditar que muitos não iriam optar e que iriam preferir ser regidos pela Cassi. Comentou saber que os funcionários do Banco do Brasil egressos do Besc tinham a Fusesc, e que transportá-los para a Previ seria muito mais complexo do que podia parecer. Sobre a estabilidade, afirmou que os funcionários do Banco do Brasil também a tinham, desde que não cometessem nenhum equívoco em sua carreira, que o Banco não tinha demitido funcionários e que não havia enxugado seu quadro. Falou que se o Banco do Brasil tinha um grande lucro era ótimo porque a PLR seria ainda melhor, acrescentando que ter lucro, num mundo capitalista, não podia ser considerado crime, mas algo absolutamente normal. Dando sequência, a palavra foi cedida ao **senhor Alexandre Ritter, secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Florianópolis**, que cumprimentou todos e disse que não poderia ficar calado diante de algumas coisas que havia escutado. Citou que os membros da mesa quiseram colocar o ar-condicionado para que as pessoas se sentissem bem. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*] Comentou que preferiria o ar-condicionado velho, explicando que o ar-condicionado velho era o Besc, e que também preferia ter paz, justificando que as pessoas que haviam migrado do Besc para o Banco do Brasil não tinham paz. Relatou que a retaliação havia começado aos poucos e que o representante do Banco do Brasil inicialmente havia lhes dito que se não quisessem migrar não haveria problema, mas o salário deles não seria o mesmo salário base do Banco do Brasil, e sim o salário básico do Besc. Expôs ainda que no segundo ano foi comunicado aos funcionários que não migraram para o Banco do Brasil que eles não mais receberiam os

cinco dias de folga a que tinham direito os funcionários do Banco e que não teriam direito de receber os R\$ 215,00 de verbas que o Banco do Brasil dava a seus funcionários. Disse ainda que no terceiro ano também haviam comunicado aos funcionários que não haviam migrado que se não migrassem para o Banco do Brasil perderiam a função de caixa, acrescentando que o Banco sequer se interessou em saber se o funcionário tinha dez ou vinte anos de caixa, tendo apenas tirado sua função. afirmou que a retaliação começou aos poucos e que a cada ano era retirada uma vantagem dos funcionários, complementando que as pessoas começaram a ficar com medo e passaram a migrar, restando apenas cerca de 150 pessoas. Agradeceu a todos e reafirmou que aquele tipo de coisa era assédio moral, sim. **O senhor Moacir Tomaz de Oliveira, funcionário ativo do Banco do Brasil**, após saudar todos observou que seria melhor que as pessoas que estavam na audiência tivessem um histórico do Besc, justificando que o histórico do Banco do Brasil já era conhecido, e citou como exemplo a demissão de funcionários. Perguntou se após 36 anos de banco ele poderia ser comparado a uma mobília velha de casa, a um móvel, a uma máquina de autoatendimento, complementando que o representante do Banco do Brasil havia lhe dito que se ele não migrasse ou se não deixasse a diretoria do Sindicato, ele iria trabalhar numa agência, brincando ou não, na Patagônia, acrescentando que tinha ido trabalhar no sul da Ilha, no autoatendimento e em pé. afirmou que não iria afrouxar e iria lutar, porque era trabalhador e o Banco do Brasil tinha de respeitá-lo. Contou que em um determinado dia o representante do Banco do Brasil pediu para um colega seu se apresentar em uma determinada agência, mas que o colega, desesperado por nunca haver trabalhado em uma agência, jogou-se de um prédio, acrescentando em seguida que o colega não se machucou, mas ficou mutilado psicologicamente. Disse ainda que alguns funcionários foram transferidos; que havia discriminação e que os três mil empregados foram discriminados, mas que não culpava o Banco e, sim, os administradores. Lembrou que o Besc havia sido incorporado no dia primeiro de outubro de 2008 e que os funcionários só passaram a fazer parte do Banco do Brasil no dia em que migraram, em 30 de janeiro de 2009. Contou que um dia estava trabalhando e o sistema operacional parou de responder, momento em que um funcionário do Banco falou que o sistema havia caído porque ele não tinha migrado. Dito isto, contou que havia ligado para várias pessoas até que enviaram uma ordem de Brasília para que fosse fornecida uma senha para o funcionário trabalhar. Ressaltando que aquele tipo de coisa acontecia diariamente, questionou se aquilo não estava mutilando as pessoas psicologicamente. Finalizando, solicitou que os administradores do Banco do Brasil tomassem conhecimento do que estava acontecendo e agradeceu a todos. Em seguida, a **senhora Procuradora Quézia Araújo Duarte de Aguiar** pediu desculpas porque tinha que se retirar e colocou-se à disposição para dar continuidade ao debate. Prosseguindo, o **senhor Denilson Machado, bancário**, desejou boa-noite a todos e afirmou que era necessário repassar a questão aos demais Deputados. Explicou que os funcionários do Besc tinham um piso diferente porque aquilo havia sido acordado na convenção coletiva, acrescentando que os Deputados tinham uma história de representação dos trabalhadores e sabiam que num acordo, numa convenção coletiva, aquilo era negociado entre os trabalhadores e o Banco. Indagou se os Deputados acreditavam que os trabalhadores pediram que os funcionários do Besc recebessem menos, complementando que aquilo era uma exigência do Banco. Disse ainda que as diferenças de carreira e a estabilidade que os funcionários do Besc tinham não justificava que o Banco do Brasil praticasse o assédio moral, porque depois de tudo que havia sido falado naquela audiência não havia restado dúvidas de que aquela prática existia. Perguntou por que a estabilidade incomodava tanto e questionou desde quando as pessoas tinham que abrir mão de seus direitos. Disse que havia ficado claro o motivo de 2.700 pessoas terem optado e que as 154 pessoas que resistiram foram guerreiras. Lamentou que depois de tudo o que havia sido dito ali o Banco do Brasil ainda argumentasse que estavam sendo investidos milhões e que estava ajustando mesas, cadeiras, ar-condicionado, falando em salto de qualidade e melhoria tecnológica, enquanto o assédio moral estava acontecendo com seres humanos dentro da própria instituição, salientando que aquelas atitudes não combinavam com a frase dita pelo presidente do Banco quando mencionou que o maior ativo eram os funcionários. A **senhora Susan Mara Zilli, assessora do**

Sindicato dos Bancários de Florianópolis, cumprimentou todos e disse que tinha acompanhado muitas histórias das pessoas que não queriam migrar e eram pela regulamentação do Besc. Expôs que um dos representantes havia deixado claro que quem não abrisse mão da estabilidade não seria aceito e não seria bem vindo no quadro do Banco do Brasil. Deixou claro que se 154 pessoas resistiam era preciso resolver aquela situação. Analisou, depois de tudo o que havia sido falado, que o que estava acontecendo dentro do Banco do Brasil era assédio moral em relação aos que não entraram e não se adequaram ao que o Banco queria. Destacou que um dos representantes havia deixado claro que quem não abrisse mão da estabilidade não seria aceito no quadro do Banco do Brasil e o que realmente incomodava era a estabilidade e a confissão tinha sido feita, que estava tudo gravado. Falou que existiam pessoas que eram do Banco do Brasil porque foram incorporadas, que os egressos do Besc estavam trabalhando no autoatendimento sem mesa e que os terceirizados, dentro do Banco do Brasil, tinham mesa. Dito isso, perguntou se era assédio moral ou não. [*Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O.V. Bitencourt.*] Com relação à Cassi e à Unimed, disse que a opção deveria ter sido dada quando da incorporação, em outubro de 2008, lembrando que tal escolha não tinha acontecido e que foi preciso o Sindicato ingressar com ações na Justiça do Trabalho e o Judiciário determinar que dessem o direito de opção para o Banco do Brasil acatar tal decisão. Reforçou que por causa de ações e decisões judiciais a opção fora dada àqueles que vieram do Besc. Dito isso, encerrou a sua manifestação. Em seguida, a palavra foi concedida, para suas considerações finais, ao **senhor Luciano Duarte Peres**, que se colocou à disposição de todos os funcionários no que se referia à situação pertinente à migração, e dos Deputados no que se referia a um parecer jurídico. Quanto ao superintendente e ao gerente do Banco do Brasil, parabenizou-os pela excelente “venda” daquela instituição, criticando que a pauta da audiência não era a “venda” da instituição, mas, pontualmente, a situação das pessoas. Novamente parabenizou os administradores do BB, dizendo que os números apresentados eram solidários ao crescimento que o País obtivera nos últimos oito anos e que seria um contraponto se os números fossem adversos a um *spread* bancário de tamanha magnitude. Analisou que os problemas do Banco poderiam ser solucionados se existisse boa vontade e lastimou que o BB estivesse administrando números e não pessoas, acrescentando que essa realidade também acontecera na incorporação Itaú/Unibanco, conforme citado anteriormente. Repetiu que se vivia o período da ditadura financeira e disse crer que iniciativas como as da Deputada traziam novas expectativas para as futuras gerações, no sentido de que vivenciaríamos o equilíbrio financeiro entre população e instituições bancárias. Quanto ao direito adquirido, lembrou que a luta começara pelo direito a uma Constituição democrática e que a democracia se fazia com vez e voz. Externou ter certeza de que a vontade do povo um dia seria ouvida, fundamentado no aspecto de que atualmente a população era o centro da economia no mundo. Disse que o Direito só se contrapunha quando bandeiras eram levantadas e que jamais a jurisprudência era construída sem aquelas bandeiras, citando como exemplo as bandeiras levantadas a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Avaliou que no caso dos trabalhadores do Besc a bandeira que se levantava era a da dignidade humana, que tal bandeira era um princípio do governo federal e que com a ajuda da Alesc a voz dos funcionários daquela instituição estava sendo ouvida. Parabenizou a iniciativa da Deputada e dos Deputados, colocou a OAB novamente à disposição para que cada vez mais a dignidade humana fosse uma bandeira brasileira e encerrou agradecendo pelo espaço para se manifestar. Após, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Luciane Carminatti**, comunicou que passaria a palavra aos membros da mesa por até três minutos para, posteriormente, deliberarem sobre os encaminhamentos da audiência. Iniciando, concedeu a palavra ao **senhor Helder Viana Costa**, que realçou alguns pontos abordados durante a audiência, como o convênio de reciprocidade, ressaltando que aquele convênio demonstrava o interesse do Banco em resolver o assunto. Concordou, conforme dito anteriormente, que Cassi e Previ eram pontos que não apresentavam solução simplista e fez questão de deixar claro que os direitos daqueles que faziam parte da carreira do Besc estavam sendo preservados. Quanto à representatividade do Sindicato, disse que a decisão decorreria da convenção coletiva de trabalho e que era uma questão entre a confederação e os

sindicatos e não do Banco. Disse acreditar que a luta pelos benefícios era uma constante e que o aprimoramento dos processos e os ajustes vinham acontecendo desde o processo da incorporação do Besc pelo Banco do Brasil. Voltou à questão da estabilidade, dizendo que a estabilidade era uma carreira diferente e fazendo referência à súmula do TST que ditava que não se podia conceder benefícios de duas carreiras na organização, havendo necessidade de se optar por uma delas, assim como acontecera quando o Besc incorporara a Caixa Econômica Estadual. Sinalizou que aquele era o ponto principal da discussão, não de discriminação, mas de reconhecimento de que existiam duas carreiras distintas, e agradeceu pelo tempo concedido para sua manifestação final. Após, o **senhor Reinaldo Yokoyama** disse que as pessoas não queriam migrar e citou que uma das razões era a estabilidade, conforme comentado anteriormente. Acreditou que aquela era a principal questão e deixou claro que havia um problema legal no que dizia respeito à estabilidade, explicando que o BB era regido pela CLT, que previa, em substituição à época de estabilidade, o FGTS, e que a estabilidade permanecia, dentro da legislação vigente, privativa a funcionários públicos que atendiam a determinados requisitos. Sinalizou que tal questão legal não estava pacificada e que a discussão perduraria por longo tempo. Esclareceu que abordara aquele ponto porque sabia do questionamento dos interessados e que no BB havia duas carreiras, sendo que uma vez que optassem por uma delas o contrato deveria ser cumprido. Retomou o que fora escrito pela 2ª Turma do Tribunal, lendo o trecho novamente, analisando que havia um problema legal que deveria ser solucionado. Relativo à Cassi/Previ, disse que cada funcionário havia assinado um contrato de prestação de serviço que previa assistência técnica e plano de previdência, o Fundo de Previdência dos Funcionários (Fusesc), e esclareceu que era um fundo multipatrocinado, ou seja, composto por servidores de vários outros entes do governo do Estado. Pontuou que o fato de o BB tirar a maioria das pessoas de tal Fundo significava questionar sua viabilidade, e disse da importância de clarificar tal questão aos Deputados, porque não se tratava apenas da vontade do BB, uma vez que havia servidores do Badesc e de vários outros entes do governo do Estado que também contribuíam para o Fusesc. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] Acrescentou que o Fusesc administrava o plano de saúde daqueles servidores e argumentou que o Banco do Brasil não podia simplesmente deixar o Fundo de Previdência e migrar só plano de saúde, questionando se a empresa estaria preparada para uma redução tão drástica no quadro de associados. Observou que não se tratava de uma questão de vontade política do Banco e de seus dirigentes, tratando-se de uma série de construções que foram feitas ao longo da existência do Besc; que os presentes assinaram um contrato com o Besc que estava vigente e que o Fusesc previa plano de saúde e Plano de Previdência. Comentou que tomar uma decisão simplista de migrar os servidores do Besc seria mais fácil para o Banco do Brasil, acrescentando que se aquilo fosse feito talvez houvesse ali outra audiência semelhante àquela, mas com os servidores da empresa quebrada devido à incorporação simplista feita pelo Banco do Brasil. Frisou que não era sócio da Fusesc e teceu alguns comentários sobre sua boa administração e patrimônio, afirmando que não gostaria que de uma hora para outra ela tivesse sua viabilidade questionada pelo fato de o Banco do Brasil ter adotado uma medida simplista. Observou que a instituição Banco do Brasil não podia ser leviana nesse tipo de decisão nem ser acusada de dificultar o processo, porque tinha a obrigação de olhar o todo. Por fim, agradeceu, em nome do Banco do Brasil, a oportunidade de discutir o assunto e clarificar as questões que não eram simples, agradecendo também a cordialidade e a compreensão dos delegados e dos representantes dos sindicatos. Na sequência, a palavra foi passada ao **senhor Alzumir Rossari, membro do colegiado executivo da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de Santa Catarina (Fetec-CUT/SC)**, que comentou sobre o tempo destinado aos representantes do Banco para colocar seus pontos de vista e que ele também queria colocar algumas questões. Assim sendo, disse que estranhava o fato de o representante do Banco trabalhar a ótica legal quando não observa as orientações do Ministério Público do Trabalho quanto aos problemas encontrados, momento em que foi interpellado pelo senhor Reinaldo Yokoyama, que disse que o Ministério Público só acusava. Contou que acompanhou uma auditoria do Ministério Público do Trabalho e encontraram colegas do antigo Besc que não

tinham uma mesa para atender os clientes e discorreu sobre outras situações que acompanhou de perto. Comentou as palavras do Superintendente do Banco quando disse que mesas e cadeiras estavam sendo substituídas, como se os problemas fossem apenas mesas e cadeiras, e questionou sobre a situação dos funcionários que prestaram vinte anos, trinta anos de serviço para a instituição e que estavam pleiteando seus direitos. afirmou que o Besc era regido pela CLT e questionou sobre a estabilidade no Banco do Brasil. Reforçou que era dever de qualquer sindicato a defesa dos direitos individuais e coletivos e que ali se tratava de um direito coletivo, complementando que não era direito do Banco do Brasil discriminar ou desprezar qualquer funcionário do antigo Besc. Disse que questões consagradas pela legislação iriam levar a uma série de ações judiciais em defesa dos direitos dos servidores do Besc. afirmou que eles queriam que fosse aberta uma negociação séria e que o Banco não olhasse sob a ótica do preconceito, mas do respeito para com os colegas. A seguir, sugeriu à Deputada Luciane Carminatti e ao Deputado Dirceu Dresch que a Assembleia Legislativa intermediasse o processo na busca da negociação nacional junto à direção do Banco do Brasil para que se superasse o impasse colocado. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** fez uma síntese das propostas levantadas e observou que todas elas tinham relação, primeiramente, com a ideia de criar um grupo de trabalho que, a partir daquela audiência e de posse da ata que seria confeccionada pela Taquígrafia, pudesse encaminhar o relatório ao Ministério Público e acompanhar as ações que já existiam. Prosseguindo, anunciou como segundo encaminhamento a viabilização de uma audiência com a direção do Banco do Brasil. Na sequência, a **senhora Schirlei Azevedo, assessora da Bancada do Partido dos Trabalhadores**, se manifestou dizendo que por um bom tempo foi assessora do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e que havia acompanhado toda aquela discussão, tendo ficado perplexa principalmente com os dados que vieram de outros Estados. Assim sendo, propôs uma audiência pública na Câmara Federal, na Comissão de Direitos Humanos, com a direção-geral do Banco do Brasil para explicar tudo o que vinha acontecendo e para discutir a questão, e sugeriu que fosse feito um levantamento nacional da situação dos ex-servidores do Besc. Disse que não queria mais ter de acompanhar um servidor que queria se matar por irresponsabilidade ou por intransigência do Banco. Ato contínuo, a **senhora Presidenta**, colocou em votação as propostas apresentadas, tendo sido aprovadas por todos. Reiterou as propostas que foram aprovadas: criar grupo de trabalho para, com base na ata daquela audiência, encaminhar ao Ministério Público os questionamentos; marcar audiência pública com a direção do Banco do Brasil; e marcar uma audiência na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Sugeriu que os trabalhadores definissem o nome das pessoas que iriam representá-los na Comissão. Observou que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais deveria fazer a interlocução inclusive para a audiência em Brasília e que o próprio Deputado Federal Pedro Uczai poderia ajudar a agendar tal audiência. Disse que aquele era um ato de democracia, que as coisas sempre podiam melhorar e que era necessário perseguir a qualidade de vida para todos. Comentou ter conhecimento de acordões e resoluções do Tribunal Superior do Trabalho, acrescentando que a tradução do pensamento jurídico era um olhar e que a lei era sempre o resultado da ação humana, que sempre era intencional. Disse que não queria julgar nenhum dirigente do Banco naquele momento, deixando claro que não havia nada mais precioso que a vida. Agradeceu a presença de todos e disse que iriam continuar com aquele trabalho, com aquela interlocução para cada vez se ter mais qualidade de vida para todos. Nada mais havendo a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
PRESIDENTA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 020/2012

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 05/03/2012, referente ao Contrato CL nº 038/2010, celebrado em 13/07/2010.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- ECT
OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade alterar as dimensões

previstas no ANEXO nº 7 - Limites de Dimensões e de Pesos - no subitem 1.7.1, alíneas "a" e "b" do contrato original.

Em decorrência de tal alteração o contrato original passa a contar com o novo ANEXO nº 7 e, por consequência, também com novos Limites de Dimensões e de Pesos que passa a fazer parte do contrato original.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, IV combinado com o art. 58, I, da Lei nº 8.666/93; Item 2.2 da Cláusula Segunda do Contrato original e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 09 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Guilherme Vanderlei Bianchi- Gerente de Vendas

*** X X X ***

EXTRATO Nº 021/2012

REFERENTE: Inexigibilidade nº 005/2012 celebrado em 06/03/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: NP Eventos e Serviços Ltda.

OBJETO: Inscrição de 03 (três) servidores da ALESC no VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros que acontecerá na cidade de Foz do Iguaçu no período compreendido entre 19 e 22 de março de 2012.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.507,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 006/2012-LIC; Autorização Administrativa.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos) Item Orçamentário: 3.3.90.39.31 (Inscrições em Eventos).

Florianópolis, 09 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 022/2012

REFERENTE: Inexigibilidade nº 004/2012 celebrado em 02/03/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Cooperfil Produtos e Serviços e Comunicação Ltda.

OBJETO: Inscrição de 10 (dez) servidores da ALESC no evento intitulado de "HUMANIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO" que acontecerá na cidade de Florianópolis nos dias 05 e 06 de março de 2012.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 005/2012-LIC; Autorização Administrativa.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos)

Item Orçamentário: 3.3.90.39.31 (Inscrições em Eventos).

Florianópolis, 09 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 051/2010

Declara de utilidade pública a Associação de Parkinson Tocando em Frente, de Araranguá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Parkinson Tocando em Frente, do Município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 449/2011

Declara de utilidade pública a Ação Social e Cidadã, no Município de Gaspar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social e Cidadã, com sede no Município de Gaspar.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 453/2011

Declara de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC, de Araranguá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC, com sede no Município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 485/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Cassuli de Pesquisa e Estudos Avançados de Negócios Empresariais, de Jaraguá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Cassuli de Pesquisa e Estudos Avançados de Negócios Empresariais, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 508/2011

Declara de utilidade pública a ONG Entre Amigos e Crianças, com sede no Município de São Lourenço do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ONG Entre Amigos e Crianças, com sede no Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 520/2011

Declara de utilidade pública a Biblioteca Comunitária Bem Viver do Bairro das Nações, de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Biblioteca Comunitária Bem Viver do Bairro das Nações, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0532.2/2011

Os incisos I, II e III do art. 3º do Projeto de Lei nº 0532.2/2011 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3º.

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas,"

Sala da Comissão em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 22/02/12

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 532/2011

Declara de utilidade pública a União de Associações Comunitárias de Içara, com sede no Município de Içara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União de Associações Comunitárias de Içara, com sede no Município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 537/2011

Declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Shalom, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Shalom, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 557/2011

Declara de utilidade pública a HACHI ONG - Proteção Animal, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a HACHI ONG - Proteção Animal, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de fevereiro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***